

**CAPITÃO QOPM CESAR ALEXANDRE PEREIRA DE MORAES**

**A IMAGEM DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO DO 19º BPM FRENTE À  
SOCIEDADE DE TOLEDO-PR**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento de Segurança Pública.

Orientadora de Metodologia:  
Prof. Sônia Maria Breda

Orientador de conteúdo:  
Ten.-Cel. QOPM Honório Simião Carneiro

**CURITIBA**

**2008**

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho monográfico é dedicado a quem traz sentido e razão para minha existência, à minha esposa e filhos:

**Sandra, Amanda, André e a nosso “Bebê”.**

Muito Obrigado pela compreensão de minha ausência, nesses momentos importantes de vossas vidas, somente por vocês é que obtive o êxito almejado.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por todas as bênçãos e proteção recebidas e pela dádiva da vida.

A meus pais, Edney e Juraci, pela dedicação e esforço na recepção deste oficial, os quais serviram de incentivo e vontade para prosseguir sempre na batalha por meus ideais.

Ao Sr. Tenente Coronel QOPM, Honório Simião Carneiro, pela atenção e esforço no sentido de conduzir-me ao conhecimento, não medindo esforços e nos mais variados dias e horários, dando atendimento e o melhor de si na orientação dos caminhos a serem percorridos.

A professora Sônia Maria Breda, orientadora metodológica, a qual sempre buscou auxiliar na consecução desta pesquisa, estando sempre presente e à disposição, dando o melhor rumo para tornar as tarefas menos árduas possíveis.

A todos os capitães companheiros do CAO/2007-2008, pela convivência única, demonstraram os verdadeiros laços de amizade, comprovando que nosso esforço servirá para construir e deixar uma Polícia Militar melhor para nossos sucessores.

Ao amigo Capitão QOPM, Ênio Soares dos Santos, pela ajuda recebida em todo o transcorrer do curso e dos trabalhos monográficos, auxílio este que abrilhantou ainda mais o seu caráter de oficial e pessoa.

## **RESUMO**

A presente monografia sobre a imagem da polícia comunitária de Toledo-PR, objetiva identificar junto à população Toledana, a qualidade dos serviços de Polícia Comunitária prestados quando da atuação da PMPR, identificar os aspectos positivos para serem mantidos e relacionar os aspectos negativos a fim de serem conseqüentemente eliminados. Em um primeiro momento, o trabalho faz uma avaliação descritiva exploratória, posicionando a imagem da PMPR formada pela história, consulta fontes de informações, analisa alguns textos e trabalhos sobre o assunto em estudo. Foi apresentado um histórico sobre a origem antropológica da Polícia Militar, bem como, um histórico da Polícia Militar do Paraná. A seguir foi discorrido sobre os aspectos conceituais, onde foram abordados os assuntos sobre Segurança Pública, a comunicação social e a Polícia Militar, a propaganda institucional para formação de opinião pública, relações públicas, aspectos sociais e percepção social. Foram realizados e distribuídos questionários para as pessoas ligadas a comunidade, como presidentes de conselhos comunitários, presidentes de associações de bairro, entre outros, que apontou o posicionamento destes representantes da comunidade de Toledo – PR, quanto à imagem da corporação PMPR. Verifica pela pesquisa que a imagem da corporação é volátil e frágil, formada muitas vezes pela opinião dos órgãos de imprensa, os quais detêm grande força de divulgação em massa, sobressaindo-se então, as informações que estes divulgam e principalmente a forma com que as notícias são postadas para comunidade.

Palavras Chave: Imagem. Polícia Comunitária. Toledo-PR. Projeto Povo.

## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA</b> .....	<b>ii</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>iii</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>iv</b>
<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>v</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2 PROBLEMATIZAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
2.1 IMAGEM GERAL da polícia .....	10
2.2 JUSTIFICATIVA do estudo .....	12
2.3 PROBLEMA .....	13
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	<b>14</b>
3.1 Objetivo Geral .....	14
3.2 Objetivos Específicos .....	14
<b>4 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>15</b>
4.1 POLÍCIA MILITAR .....	19
4.1.1 Antropologia .....	19
4.1.2 Polícia Militar do Paraná .....	22
4.1.3 O progresso da polícia militar .....	28
4.2 ASPECTOS CONCEITUAIS .....	30
4.2.1 Segurança pública .....	30
4.2.2 Comunidade .....	32
4.2.3 Polícia .....	32
4.2.4 Polícia comunitária .....	33
4.2.5 A comunicação social e a polícia militar .....	35
4.2.6 Comunicação com a sociedade .....	35
4.2.7 A Propaganda institucional para a formação de opinião pública .....	37
4.2.8 Relações Públicas .....	38
4.2.9 Aspectos sociais .....	44
4.2.10 Percepção social .....	47
<b>5 DOCTRINA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA</b> .....	<b>53</b>
5.1 Obstáculos para implantação .....	53
5.2 Polícia Comunitária e Policiamento Comunitário: qual a diferença? .....	55
5.3 Polícia Comunitária .....	55
5.4 Policiamento Comunitário .....	55
5.5 aspectos a serem atingidos: .....	57
5.6 Comparação entre o Policiamento Comunitário e o Policiamento Tradicional ..	59
5.7 Os nove “p” do policiamento comunitário .....	60
5.8 O que não é policiamento comunitário .....	61
5.9 A base teórica para o policiamento comunitário .....	64
5.10 Processos recomendados para o policiamento comunitário .....	67
5.11 Os 5 pontos de partida: .....	68
5.12 polícia comunitária do 19º.BPM .....	68
<b>6 METODOLOGIA</b> .....	<b>73</b>
6.1 MÉTODO .....	73
6.2 TIPO DE PESQUISA .....	73
6.3 POPULAÇÃO ALVO .....	73

6.4 AMOSTRA.....	73
6.5 INSTRUMENTOS.....	73
6.6 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS .....	74
<b>7 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>75</b>
7.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	75
<b>8 CONCLUSÃO.....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>96</b>
<b>QUESTIONÁRIO DISTRIBUIDO AO PÚBLICO.....</b>	<b>97</b>
<b>PESQUISA SOBRE A IMAGEM DA POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA DO 19º. BPM FRENTE A SOCIEDADE DE TOLEDO-PR.....</b>	<b>98</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

O trabalho ora apresentado constitui-se em uma tentativa de fazer-se uma reflexão sobre a realidade da Polícia Militar e num esforço para, a partir dos subsídios fornecidos pelo estudo exploratório, suportado, numa pesquisa social, identificar os anseios, aspirações de segurança pública e a imagem da atuação da Polícia Militar pela comunidade toledana, avaliando os prováveis desdobramentos, somando-se ao esforço ora desenvolvido pela Corporação na superação dos obstáculos que, a seu nível de competência, poderão ser suplantados, elevando-se mais um degrau na escala que leva ao conhecimento amplo da Polícia Militar e seu constante aperfeiçoamento.

O sentido que permeia todo esse trabalho é o de que uma das características fundamentais do homem é buscar produzir a verdade, questionando e questionando-se, sem o que se torna incapaz de viver comunitariamente, pela impossibilidade de ter uma norma que o conduza, oriente, aponte com a força da lei natural o caminho que deve seguir e como comportar-se. Assim alicerçado, ele precisa acreditar na verdade, que é, realmente, em última regra, a sua maneira de viver.

## 2 PROBLEMATIZAÇÃO

A imagem de uma instituição é o seu verdadeiro patrimônio. A polícia militar do Paraná de modo geral, possui reconhecida imagem perante a comunidade paranaense, em especial na região oeste. O impacto da imagem normalmente é percebido pelos comunicadores de massa e reforçado pela gama de atendimentos efetuados diariamente.

Pode-se dizer que estes comunicadores é que divulgam e fazem a parte de relações públicas da polícia militar como um todo, em se noticiando feitos importantes, a comunidade entende ser esta instituição importante e necessária.

Neste contexto GRÖNROOS (1990 p.364), em sua obra de marketing aplicado a sérvios, nos diz que:

imagem que é importante para a administração. A imagem causa um impacto interno sobre funcionários bem como um impacto externo sobre clientes. Quanto menos clara e distinta for a imagem, mais isso pode afetar as atitudes dos funcionários em relação à organização como empregadora, o que, por sua vez, pode ter uma influência negativa sobre o desempenho do profissional e, assim, sobre os relacionamentos com clientes e a qualidade. Por outro lado, uma imagem positiva, digamos, de uma empresa cujo serviço é excelente, comunica valores claros internamente e, desse modo, pode reforçar atitudes positivas em relação à empresa entre seus funcionários. Essa empresa também atrai facilmente bons profissionais. GRÖNROOS (1990 p.364)

Portanto, a imagem da Unidade policial comunica diretamente seu desempenho e agirá como marketing de relacionamento, pois sendo uma imagem positiva facilitará, propiciará melhores expectativas e propaga confiabilidade.

Uma imagem torna-se uma proteção. Problemas de menor repercussão ou ocasionais podem ser tolerados devido a esse efeito de proteção. Porém, isto funciona em curto espaço de tempo, pois se os problemas são freqüentes sem solução ou não existe um tratamento apropriado o efeito é contrário, aí se observa não rara as vezes que a mídia atua sem piedade e divulga com ênfase esses efeitos negativos, mesmo que não se refiram exclusivamente a problemas locais, mas são relacionados a outras referências negativas envolvendo policiais-militares até de outros estados.

A importância da imagem do Batalhão em estudo, reflete e conduz para a reflexão toda a Polícia Militar do Paraná, pois o respeito e lealdade à organização de



153 anos de existência não pode ser isolada ou defendida em nome do 19º. BPM, este compromisso de corresponder com justiça aos louros e dificuldades, enfrentados por todos os policiais militares perante a sociedade paranaense.

Nesta época de grande publicidade das atividades policiais com a concentração de esforços dos órgãos de mídia para levar a comunidade às informações e conhecimentos que fatalmente representam a verdadeira imagem da corporação, neste caso do 19º. BPM, diante da situação de insegurança, portanto, não é possível mascarar sua imagem por muito tempo, fazendo algum tipo de campanha paliativa de divulgação que não condiz com a realidade.

Em casos de instituições que não são relevantes para a sociedade, um programa de marketing pode resolver, contudo, no caso da Polícia Militar, a imagem é conhecida, cabendo a sua proteção em todo o Estado, missão árdua, pois, corre-se o risco de ter seus conceitos desatualizados, com imagens pouco claras, baseadas nas experiências de profissionais antigos, ou de fatos isolados que afetem o decoro da instituição.

Com isto se pode prevenir e não fazer propagandas a partir de uma imagem desatualizada ou desgastada, desenvolver apenas um programa de divulgação, apresentando e prometendo serviços evoluídos, desburocratizados e não condizentes com a realidade, por certo trarão prejuízos futuros, pois a dinâmica da realidade reverterá e tudo estará novamente no descrédito.

A maior lição se pode considerar é que a realidade vence, pois se for projetada para a comunidade uma imagem em desacordo com a realidade, ou que essa imagem divulgada não corresponda com as expectativas da população, afetará o relacionamento, tanto das parcerias, como de toda a sociedade.

Na construção de uma imagem, não é suficiente um programa de divulgação ou longas e freqüentes exposições, mas, que realmente se apresente um bom serviço, pois esse por si passa a convencer e gerar credibilidade.

O papel da polícia militar perante a sociedade sempre foi o de responsável pela segurança da população, ao ponto uma simples festa junina de bairro ser comunicada a instituição para que providencie policiais para o evento.

A atual conjuntura política nacional exige uma maior reflexão sobre a atividade desenvolvida pela Polícia Militar, visando combater com eficiência a criminalidade cada vez mais crescente em todo País.

Entretanto, a visão da Corporação precisa ser confrontada com a opinião pública, afim de que esforços envidados sejam conduzidos para a verdadeira razão de sua existência.

## 2.1 IMAGEM GERAL DA POLÍCIA

Em face do período militar, a sociedade tinha a Polícia Militar apenas como um órgão repressor, destinado a prejudicar a sociedade a mando do governo, não tinha a imagem de proteção e companheirismo de uma sociedade sedenta de segurança e principalmente de justiça, poucas eram as pessoas que orientavam seus filhos a procurarem um policial em um momento de necessidade.

Nesta época, a grande força da nação estava não nos exércitos, mas sim nos policiais militares, os quais eram a grande maça de manobra utilizada para garantir e manter a tranqüilidade no país, o qual em razão do desenvolvimento histórico passava por incertezas e desconfianças da sociedade.

Com isto, as revoltas eram constantes e em locais diversos, fazendo com que o único órgão capaz de conter e manter a idéia de paz era a Polícia Militar, a qual para cumprir suas ordens aplicava indistintamente seu poder discricionário, cometendo diversos atos que hoje são considerados como ilegais.

A comunidade não tinha direito de expressar livremente seus sentimentos e ideais, muito menos de participar de decisões do governo, não era uma sociedade democrática, seguindo-se sim o regime autoritário dos governantes.

Em face desta ditadura por que vivia o país, a sociedade via os policiais militares como sendo truculentos, em conseqüência, logicamente, do constante emprego da violência para conter as manifestações populares que, quase sempre, eram consideradas de oposição ao regime autoritário.

Sendo este um regime que não agradava a sociedade e seguindo-se uma tendência mundial pela democracia, em 1988, se teve a promulgação da nova Constituição Federal, a qual resgatou os direitos de participação da sociedade em um novo regime político de Governo Democrático.

Apesar de passados quase 20 anos da edição da nova Constituição, e termos uma sociedade possuidora um vasto número de direitos, ainda se assiste conflitos na relação Polícia Militar /Sociedade.

Hoje novos conceitos sociais se formaram, novas regras e leis se adaptaram ao novo convívio social, a legislação busca atender a sociedade e não simplesmente reprimi-la.

Só como exemplo de graus de mudanças, em 1985 uma pessoa era presa por estar portando substância entorpecente, hoje, se tem que considerá-la como usuário e se deve encaminhá-la pra tratamento de saúde, pois pelo novo entendimento legal esta pessoa na realidade é uma vítima de um traficante, não sendo a culpada por seu vício.

Estas e muitas outras alterações foram sendo assimiladas pela sociedade e criando formas de condutas diversas pelos diferentes grupos sociais.

Para a garantia e preservação da Ordem Pública frente ao novo ordenamento jurídico, a Polícia Militar sofreu um grande impacto institucional, pois, teve de reformular totalmente sua conduta operacional, neste contexto, a Polícia Militar tem como missão primordial manter um clima de convivência pacífica e harmônica entre os membros da sociedade, sendo, portanto, também um componente social que deve conviver interagindo com a comunidade a que serve.

Para o total êxito deste seu objetivo formal, a Polícia Militar não pode ficar afastada da sociedade, cabendo a ela manter sempre o contato com as pessoas de modo a poder fortalecer a integração e angariar a confiança dessa comunidade e ao mesmo tempo, detectar seus anseios e aspirações a fim de que sejam atendidas dentro dos limites a que estejam submetidos sob aspecto legal e moral, sendo este um papel de confiança.

Afora a Confiança devida, também deve atuar informando e conscientizando a comunidade para o tipo do trabalho que a Polícia Militar pode prestar à sociedade, buscando que esta possa avaliar a quantidade do serviço e como melhor usufruir dele. Para que uma Corporação possa prestar um bom serviço, jamais deverá prescindir da colaboração efetiva da comunidade, que é a razão de sua própria existência.

Toda esta transformação e aproximação demandam de tempo, pois a velocidade das transformações sociais são lentas, para se subir um ponto em confiança pela sociedade é necessário muito serviço, e as instituições que estão mais próximas dos cidadãos são as primeiras a serem atingidas. Ressalta-se que a liberdade, vista antes como participação no poder do Estado, nos nossos dias se

avalia na medida em que o indivíduo se afirma diante desse poder com crescentes exigências de respeito à cidadania.

Os órgãos do governo têm maior complexidade que uma empresa privada, principalmente em seu aspecto burocrático e face ao tradicionalismo dos seus serviços prestados aos contribuintes. A empresa privada procura constantemente inovações, objetivando a melhor qualidade possível de seu produto, com custos competitivos, pois, visa, acima de tudo, lucros; já a empresa pública não tem fins lucrativos, mas a comunidade exige melhor qualidade e serviços. Para tanto, urge que seus funcionários sejam bem treinados e eficazes, para que não haja um descrédito da população junto aos serviços públicos, incluindo-se, nesse contexto, a Polícia Militar a qual deverá envidar esforços no sentido de resgatar sua credibilidade no campo da segurança pública, analisando a sua maneira de agir, de forma que esteja cada vez mais junto ao seu cliente que é a comunidade, de sorte que possibilite saber seus anseios, antecipando suas necessidades, e atendendo-a da melhor forma possível, pois, o serviço policial militar não poderá continuar sendo compulsoriamente oferecido à comunidade, cabendo a ela aceitar na forma como for apresentado.

Resumindo, a Polícia Militar necessita, rotineiramente, avaliar suas ações cientificamente para que possa dimensioná-las para um perfeito ajustamento, visando exatamente a melhoria da qualidade de seu principal produto que é a sensação de segurança.

## 2.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Pelo quadro exposto, por longo período, a imagem que a população tinha da Polícia Militar era a de uma força coatora, que não respeitava os direitos dos cidadãos, agindo com violência e arbitrariedades em qualquer situação sem respeitar os direitos dos cidadãos.

Principalmente após a implantação da Carta Magna de 1988, a Polícia Militar do Paraná sentiu a necessidade de alterar esse quadro, não só pelos requisitos legais, mas também, como resposta à sociedade a qual convivia diretamente com as ações da Polícia.

Para tanto se necessitou de um treinamento específico para os policiais que já se encontravam na ativa, além de uma reformulação geral nos currículos dos

cursos de formação, os quais passaram a ter matérias específicas, as mudanças iniciaram-se desde a seleção do quadro de pessoal, exigindo-se um maior grau de escolaridade para ingresso.

Buscava-se com as alterações, satisfazer não somente os aspectos legais, mas também a satisfação da comunidade que é razão do existir a organização, muitos foram os óbices existentes, que aliados à insuficiência de meios humanos e materiais, e ainda, o aumento gradativo da criminalidade na cidade e no campo, a Organização tem envidado esforços no sentido de propiciar uma maior e melhor segurança, o que leva a sociedade a acreditar mais na Polícia Militar do Paraná.

Apesar dos esforços da instituição, não raras vezes, se observa e se ouve na imprensa, críticas sobre a sua atuação e eficiência, na busca de rebater tais comentários, a instituição sempre procurou demonstrar para a sociedade o lado contrário da moeda e também buscou sanar as falhas existentes na corporação.

Com isto, a instituição, alicerçada pela atual política de governo e buscando sempre a satisfação da comunidade, implantou o Projeto de Policiamento Ostensivo Volante (POVO) doutrinariamente no sistema de Polícia Comunitária, modalidade esta que já se faz presente no município de Toledo-PR.

Portanto, reveste-se de vital importância este trabalho, o qual, após possível identificação de procedimentos reprovados pela população, passíveis de correção ou aprimoramento, a PMPR conduzirá os rumos de sua atuação na prestação de serviços, orientados pelos anseios da população, frente à destinação constitucional.

## 2.3 PROBLEMA

Diante do quadro exposto este trabalho questiona se:

A polícia comunitária de Toledo-PR cumpre sua missão institucional, corresponde aos anseios da sociedade?

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Pesquisar, junto a população de Toledo-PR, a qualidade dos serviços prestados pelo Policiamento Comunitário (Policiamento Ostensivo Volante), em função da atuação da PMPR, identificando os aspectos positivos para que estes sejam mantidos e relacionado os aspectos negativos (a fim de serem estudados e, conseqüentemente, eliminados).

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar como a população de Toledo-PR gostaria de ver a Polícia Militar do Paraná atuando na cidade.
- Conhecer os fatores negativos que a população de Toledo-PR não aceita na atuação da Polícia Militar do Paraná.
- Avaliar o grau de conhecimento que a população de Toledo-PR tem da atuação da Polícia Militar do Paraná, na cidade.
- Mensurar o grau de confiabilidade que a população de Toledo-PR atribui à Polícia Militar.

## 4 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde o início do homem em sociedade organizada, este viu a necessidade de organismos de proteção, com a finalidade de garantir sua tranqüilidade, quer no momento que estivesse trabalhando ou nos instantes de lazer.

Estes organismos aos poucos foram se adaptando e se ajustando às necessidades, transformando-se então nos órgãos de segurança conhecidos hoje em dia.

Passaram por diversas transformações e hoje possuem diferentes modos de operação, porém, na maioria das sociedades organizadas atuais, a responsabilidade pela segurança social é do Estado, visto que este evocou para si a autoridade de punir, então subsidiariamente, assumiu a responsabilidade de garantir e proteger a sociedade.

Em melhores palavras, o papel do Estado como organizador da sociedade é o de garantir as necessidades básicas da população, Saúde, Educação, Trabalho e principalmente Segurança.

Atualmente a Polícia Militar do Paraná possui como competência Constitucional, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, consoante o Art. 144 § 5º da Constituição Federal. Assim sendo, deve pautar sua conduta visando uma imagem positiva perante a opinião pública, senão vejamos:

*“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:*

....

*§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.”*

A atividade de polícia sempre foi uma necessidade básica da sociedade, desde que esta decidiu por viver em grupos, foi uma necessidade natural, é uma ferramenta necessária quando se quer aplicar a justiça dos homens, então, se pode dizer que os homens criaram a justiça e, portanto, enquanto esta se fizer presente se terá o papel do órgão policial.

A sociedade vem presenciando um avanço tecnológico cada vez mais rápido, o que gera uma alteração e adaptação dos órgãos políticos e governamentais, pois dentre tais avanços, o de maior repercussão se encontra no campo da informação. Hoje ficamos sabendo da notícia no mesmo instante em que ocorre, isto gera um impacto muito grande na conduta dos órgãos públicos.

A imprensa hoje faz papel de mão dupla, levando informações para a comunidade e demonstrando aos governantes o que esta espera de seus órgãos públicos.

A opinião pública é, hoje, a maior força do saber coletivo, a verdadeira força motriz da contemporaneidade, a arma que lidera civilizações, cria e desfaz mitos, levanta e derruba governos, faz e desfaz ídolos, prestigia e prejudica a imagem e o prestígio de Instituições.

Por isso, a abertura e a transparência da Corporação devem ser a tônica dominante no relacionamento com a imprensa e a população, de forma a conquistar e garantir o seu espaço, através da confiança e admiração destas.

A divulgação dos serviços prestados à comunidade, bem como, o apoio e a promoção de eventos comunitários e institucionais, devem ser avaliados e desenvolvidos, objetivando a aproximação com os diversos segmentos da sociedade, levando aos públicos formadores e multiplicadores de opinião o conhecimento da Corporação sobre todos os aspectos: histórico, ideológico, cultural, estrutura organizacional formação acadêmica, conduta administrativa e operacional.

Nesta tônica se observa que a Polícia está para a sociedade, devendo seus membros zelarem pelo progresso da mesma, pelos bons costumes, pelo bem estar do povo e pela tranqüilidade geral da nação.

A mensagem institucional da Corporação, deve sempre conter e buscar objetivamente o tema constitucional: *Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade dos cidadãos.*

A velocidade das transformações do mundo exige constante reflexão sobre o futuro das Instituições, especialmente daquelas que, em contato direto com os cidadãos, sofrem as primeiras críticas.

A Segurança Pública no cenário nacional vem sofrendo uma grande pressão por pessoas e grupos contrários a existência das instituições policiais militares, os quais já propuseram inclusive sua exclusão por não atenderem aos anseios da comunidade.



Estes movimentos tiveram grande força política e aliados a cenários reais de falhas das instituições quando do atendimento de ocorrências, quase que atingiram seus objetivos de extinção das corporações.

Em contrapartida, tal feito teve seus benefícios, pois, fizeram as instituições demonstrarem sua valia e real necessidade para com a convivência social. As polícias como um todo se motivaram e se atualizaram quer no contexto operacional quer no tecnológico e quer no administrativo.

Hoje a Polícia Militar, como instituição pública de proteção e socorro, assimilou essa nova realidade, em que a criminalidade é vista mais em função da profilaxia do que como repressão.

Prestes Mota, em seu tratado Teoria Geral da Administração, citado pelo Coronel José Braga Júnior no artigo intitulado "A comunicação social e a Polícia Militar: Perspectivas", na Revista O Alferes, preconiza que:

a organização mais propensa a sobreviver, crescer e ser eficiente é aquela na qual os papéis, normas e valores estiverem mais de acordo com as demandas do ambiente" e dentro dessa visão sistemática, é fundamental para a empresa Polícia Militar, interagir com o seu ambiente externo geral e com o seu ambiente operacional. (O Alferes, 1989, p. 53)

O primeiro é composto por forças econômicas, tecnológicas, políticas e sócio-culturais, que podem antagonizar ou proporcionar oportunidades para a organização.

O segundo, o ambiente operacional, composto por órgãos integrantes do sistema de segurança, fornecedores, imprensa e, principalmente, os usuários dos serviços prestados pela Corporação e que, por sua vez, podem visualizar de forma positiva ou negativa as ações por ela desenvolvidas, objetivando a tranquilidade pública.

Esta interação faz-se por meio da comunicação social. Sua importância é bem dimensionada por Lee Thayer, (1989, p. 53), citado pelo Coronel José Braga Júnior no artigo intitulado "A comunicação social e a Polícia Militar: Perspectivas", na Revista O Alferes, ensina que *"como todos os sistemas vivos, as organizações se estabelecem e se mantêm a si mesmas através da comunicação com o meio ambiente e com as suas partes"*.

Não é suficiente apenas exercitar na prática o elemento objetivo da segurança, com o emprego dos recursos humanos e materiais, nas diversificadas atividades, diuturnamente executadas pela Polícia Militar.

A população deve ter a sensação de estar segura, a comunicação social pode e deve emprestar técnicas e métodos que possibilitem aliar o que está sendo feito com o que a comunidade espera que seja feito.

Com este objetivo as organizações sofrem mudanças sociais constantemente, buscando a perfeição dentro das expectativas de seus clientes, os quais fornecem os parâmetros de seus anseios por novas experiências, expectativas de mudanças institucionais, tais mutações buscam o atendimento aos anseios e aspirações populares.

As próprias instituições, em face da crescente indagação na mídia, perguntam-se “se estão cumprindo com o papel a que se propõem”.

Faz-se necessário que as instituições, pela conformação política advinda do Estado, permitam que os indivíduos proclamem seus interesses e necessidades comuns, mesmo porque a melhoria da qualidade de vida e a elevação do bem-estar social são anseios e aspirações legítimas, inerentes a todo o ser humano.

A característica do convívio em sociedade está nesta necessidade de ter suas expectativas e anseios satisfeitos dentro do esperado, sendo a sensação de segurança de fundamental importância para tal.

O cenário atual que se vive nos mostra que tal anseio social não vem sendo satisfeito, ao contrário a crescente divulgação de crimes, cada vez mais violentos, e em locais cada vez mais inesperados, traz uma sensação de falta de segurança, demonstra que os órgãos públicos não vêm cumprindo seu papel constitucional.

O grande problema está em identificar onde está a falha? Na Instituição Preventiva? Na Instituição Educadora? Na Instituição Política? Na Instituição Familiar? Na Instituição Executora Penal? Nas Leis Brandas? Na Idade Penal?

Historicamente o homem, ao ver sua segurança ameaçada, buscou soluções das mais variadas possíveis, as quais ao longo do tempo foram sendo escritas em forma de Leis vigentes. Começou-se pelas armas, que de princípio eram o próprio punho na defesa pessoal, luta corporal, até se chegar à criação de armas brancas e armas de fogo, já no aspecto de legislação se têm a reparação do bem, o cerceamento de liberdade, até a perda do bem maior, a vida.

Esta autodefesa é inerente ao ser humano e sempre ocorrerá, adaptando-se legislações para prejuízo de poucos e benefícios de muitos.

A Polícia Militar possui uma parcela deste fardo, fazer uma sociedade que tenha realmente a sensação de segurança, para tanto deve manter-se ativa e cada vez mais eficiente.

## 4.1 POLÍCIA MILITAR

### 4.1.1 Antropologia

Ao analisar-se o homem, vê-se que em dado momento da antiguidade, o mesmo tornou-se auto-suficiente, passando então a conviver em grupos, surgindo então os conflitos sociais pela descoberta da individualidade, já que cada ser humano responde de maneira diferente, conforme os estímulos internos e externos que recebe.

Com a evolução natural do ser humano, afloraram no grupo, normas reguladoras de convivência, visando, principalmente, preservar a continuidade da existência do agregado.

A existência dessas normas, por si só, não eram suficientes para a solução dos conflitos, obrigando, mais tarde, a criação de subgrupos que ficariam responsáveis pela punição daqueles que as transgredissem, antes resolvidas na base da força, sendo os mais fracos exterminados pelos mais fortes.

Na linha de idéias, surgiu então o embrião do órgão, hoje denominado Polícia Militar, que, como instituição, representa o subgrupo social que tem por finalidade garantir o bem-estar e a paz social.

No Brasil, a Polícia Militar originou-se com a colonização, pois, Portugal transplantou para seus novos domínios não apenas seus costumes, como também a organização de suas instituições. "Quando o fidalgo português Tomé de Souza aportou ao Brasil, em 1519, como Governador e Capitão-General da nova terra. com ele chegaram as primeiras instituições oficiais para a direção da nova colônia. Com ele veio também o Regimento d' El Rey, onde vamos encontrar, talvez, o embrião das Forças Armadas e da Polícia Militar." (Mariante, 1972. p. 35).

Ainda no século XVI, na época das Capitanias Hereditárias do Brasil Colônia, já surgiram as primeiras forças pagas, com características de organizações

militares, embora não muito rígidas, eram comandadas por um “mestre de campo”, cuja missão era manter a ordem e garantir a defesa interna das vilas e das comunidades, contra quaisquer ações, quer de origem interna ou externa.

Na realidade, o motivo principal da criação dessas organizações era garantir o domínio lusitano da colônia, bem como, promover a defesa territorial.

Esses corpos militares tiveram momentos de glória em nossa história, quando da sua participação na expulsão dos franceses e holandeses do Brasil.

Com o transcorrer dos tempos, essas instituições passaram por várias estruturas e denominações, mas já vislumbravam missões de polícias. "Por Carta Régia de 20 de Janeiro de 1699, foram criados os Terços de Ordenanças para o interior do País, com a missão de auxiliarem a Justiça e a Fazenda Pública, afora as atribuições normais das Forças Armadas. De certa forma ficaram caracterizadas aí, missões policiais." (Mariante, 1972, p. 38).

Este modelo de integração de Justiça, Fazenda e Defesa, com a polícia, serviu aos diversos governos e foi até 1808.

Somente na época do Brasil Reino Unido a Portugal, com a chegada da família Real, viu-se a necessidade da criação de um organismo policial estruturado, encarregado especialmente do serviço de polícia na Capital, visto que até então as Forças Armadas é que realizavam a dupla função de defesa territorial e a segurança dos cidadãos.

Através do alvará de 10 de maio de 1809, foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte, e, logo em seguida, em 13 de maio a Guarda Real de Polícia, que deu origem à atual Polícia Militar do Distrito Federal.

Após a Proclamação da Independência, vários acontecimentos políticos ocorreram no País, disseminados pelas províncias, o que ensejou uma verdadeira insatisfação à nação, requerendo implantação de medidas imediatas e fortes.

Como as províncias de Pernambuco e Bahia eram as mais agitadas, graças ao continuísmo representado pelos portugueses, D. Pedro I, mesmo antes da criação de outras províncias, instituiu, em 1825, os Corpos de Polícia Pernambucano e Baiano.

O clima de desordem e agitação continuava nas demais províncias, onde ainda não existiam Corpos de Polícia, o que estava a exigir que se consubstanciassem medidas similares.

O então regente Diogo Antônio Feijó, através do Decreto datado de 14 de Julho de 1831, autorizou a criação de Guardas Municipais Permanentes de Voluntários, nas demais províncias, cabendo aos governos a responsabilidade por sua organização, pagamento e nomeação de oficiais.

Através da história, constata-se que, à medida em que os Estados foram se estruturando, criaram seus órgãos policiais que, ao longo dos tempos, receberam várias denominações, tais como Guarda Municipal Permanente, Força Pública Estadual, Força Policial, Brigada Militar, Polícia Militar.

A União tem demonstrado especial atenção às polícias militares, variando em função do momento histórico e político do País, sendo, inclusive, objeto de texto constitucional, através do que exerce o seu controle. As Forças Policiais passaram definitivamente a ser força reserva do Exército, em 1917. "Através da Lei nº 3.216, as forças policiais dos estados foram definitivamente vinculadas ao Exército, como sua força reserva, tendo ainda esta mesma lei, fixado a organização a nível de hierarquia das forças policiais". (Vieira et al, 1990, p. 13).

A Constituição de 1934 referiu-se, pela primeira vez, às Polícias Militares, com o seguinte texto:

*"Art. 167 - As Polícias Militares são consideradas reservas do Exército e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas quando mobilizadas ou a serviço da União. "*

As demais constituições do país dedicaram alguns capítulos às Polícias Militares, sempre objetivando o aprimoramento de suas definições em relação à sua competência e finalidade dentro do contexto social e político. Os Estados, através de leis próprias, complementam e adaptam às suas necessidades particulares.

A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, no Art. 144, § 6º, enuncia:

*"As Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, forças auxiliares e reservas do Exército, subordinam-se, juntamente com as Polícias Civis aos Governadores dos Estados, do Direito Federal e dos Territórios".*

#### 4.1.2 Polícia Militar do Paraná.

Sendo comarca de São Paulo até o ano de 1853, o Paraná vivia as custas e vontades da metrópole paulista, ficando entregue ao abandono e à inércia devido a grande distância que os separava.

Em razão da grande extensão territorial paranaense, o qual já mostrava-se de grande produção em riquezas e de perspectivas de desenvolvimentos, seus habitantes percebendo estarem sendo usados sem reconhecimento dos paulistas, aspiravam por separação e criação de nova província com um governo que realmente atendesse as necessidades locais.

Já em 1811, Paranaguá procurou obter um governo próprio, demonstrando com isso os ideais separatistas, foi encaminhado ao Príncipe D. João uma representação, que não alcançou o sucesso desejado.

Muitos fatos contribuíram para florescer o ideal separatista em todos os paranaenses, tornando inevitável o feito

Após novas tentativas foram feitas colocando o feito em forte discussão no Senado. Em 29 de agosto de 1853, sob protestos de parlamentares paulistas, foi aprovado a lei n ° 704, que tornou o Paraná a mais nova Província do Império, tendo como capital a cidade e Curitiba.

A fim de organizar o governo, D. Pedro II indicou o grande estadista baiano Zacarias de Góes e Vasconcellos, para a missão de dar estrutura jurídica à instituição da nova unidade administrativa do Império e dirigir o seu destino.

As festividades de instalação da Província tiveram lugar no dia 19 de dezembro de 1853.

Na época de criação da província um dos principais problemas com que se defrontou Zacarias, foi o relacionado com a segurança, precária devido à ineficiência dos órgãos incumbidos dessa missão que aqui encontrou, os quais não tinham a força necessária para sofrear os impulsos criminosos dos fora-da-lei que cometiam assaltos e praticavam desordens, desvairando a opinião pública. Por isso, uma de suas medidas prioritárias foi a de criar a Companhia da Força Policial da Província do Paraná através da lei n° 7, de 10 de agosto de 1854, que veio a ser, de fato e de direito, a primeira organização policial do nosso Estado.

Para garantir a ordem e a paz aos sessenta e dois mil habitantes que então viviam na província, o efetivo da Companhia foi fixado em 67 homens, sendo 3

oficiais e 64 praças. Sua verba anual orçava em pouco mais de quinze contos de réis.

O oficial escolhido para comandá-la foi o capitão de primeira linha do Exército JOAQUIM JOSÉ MOREIRA DE MENDONÇA que, a convite do Presidente Zacarias, veio diretamente da Corte do Rio de Janeiro com esse encargo. A ele coube, portanto, a difícil tarefa de organizá-la nos moldes estabelecidos e com base na hierarquia e disciplina, mecanismos ágeis de saneamento de seus quadros.

Seu primeiro regulamento foi elaborado por uma comissão de oficiais do Exército e entrou em vigor a partir do dia 5 de dezembro de 1854.

Subordinada diretamente ao presidente da Província, a Companhia da Força Policial logo iniciou a sua ingrata missão e sob a vigilância dos policiais militares surgiram as primeiras fazendas. Diante de sua proteção, ergueram-se as primeiras chaminés de nossas fábricas e estenderam-se os trilhos das primeiras ferrovias rumo ao sertão desconhecido. Seus homens acompanharam os fundadores das numerosas cidades, assistindo o seu crescimento e garantindo a segurança da população.

Além de sua criação ter sido alicerçada em tradições seculares de assegurar a paz pública e auxiliar a justiça, competia-lhe, de acordo com a legislação vigente, a prisão dos criminosos, o patrulhamento e rondas nas cidades, vilas e freguesias, estradas, além de outras diligências.

Todos os destacamentos policiais do interior da Província também ficaram a seu cargo, como previa o art. 1º da Lei nº 7, passando seus integrantes a realizar, diuturnamente, o policiamento ostensivo e desempenhar, cumulativamente, atividades de polícia judiciária.

Desde seu início a Corporação tinha como exclusividade o exercício do policiamento ostensivo, identificando-se pelo uniforme que usava.

Exercia - como até hoje o faz, com eficiência - a polícia preventiva em toda a sua plenitude, evitando, com sua presença, a perpetração de delitos e guardando o emprego de medida repressiva para a última instância.

O seu passado, cheio de tradições, está vinculado com a própria história do Paraná. Esta ensina e confirma que, a Corporação sempre esteve presente e atuante nos momentos decisivos do nosso Estado, em harmonia com as aspirações populares e as melhores recordações do povo paranaense.

Crescendo paralelamente com o desenvolvimento do Estado, a Polícia Militar vem assinalando, nas dobras do pavilhão que defende, com denodo de bravos, os feitos de suas empreitadas vitoriosas, nos domínios da paz, no terreno das dificuldades e nos campos de batalha.

No ano de 1865, quando a Companhia da Força Policial fornecia um grande contingente para organização dos Corpos de Voluntários da Pátria do Paraná que, sob as entusiásticas e calorosas aclamações, marcharam avante na defronta dos brios nacionais.

Narrar a brilhante trajetória descrita pelos bravos policiais militares perante a Guerra do Paraguai, é citar por inteiro a completa, longa e penosa jornada de cinco anos de luta, em que os gloriosos voluntários de nossa terra cobriram-se de louros, deixando por toda parte o atestado vivo de sua conduta e acendrado patriotismo.

Os grandes claros abertos em suas fileiras e os hábitos adquiridos na longa permanência de uma aspérrima campanha impunham que a Polícia Militar se transformasse numa organização compatível e que satisfizesse, tanto quanto possível, as necessidades crescentes da Província.

Dessa forma, em 1874, dadas às razões sugeridas pelo capitão Manoel Eufrásio de Assumpção, o presidente do Paraná resolveu dar à Companhia da Força Policial um carácter definitivo, reorganizando-a e solidificando-lhe o justo prestígio pelos relevantes serviços que prestava à coletividade.

Sancionada a Lei n° 380, de 30 de julho de 1874, a antiga Companhia passa a denominar-se CORPO POLICIAL, constituído por duas subunidades e com um efetivo de 202 (duzentos e dois) homens.

O cargo de comandante, por sua vez, passou para o posto de major e com a nova reorganização surgiu a Escola de Instrução Primária, destinada a aumentar o nível intelectual das praças, numa época em que o ensino era privilégio de pessoas ricas.

À medida que iam passando os anos, tornava-se cada vez mais necessário cuidar-se de dotar o Corpo Policial com outros melhoramentos. Para suprir a falta em armamento para a organização, aumentada em seu efetivo, foram cedidas, pelo Ministério da Guerra, espingardas "Manié", com baionetas e demais petrechos iguais ao número de praças existentes.

A Lei n° 486, de 13 de abril de 1878, elevou ao posto de Ten.-cel. o comandante da Corporação. O titular do cargo, Manoel Eufrásio de Assumpção,



imprimiu " *um tal espírito de ordem e disciplina na milícia, que não se encontrava no Império outra força que nisso lhe avantajasse*", como dizia o saudoso paranaense Dr. João José Pedrosa, quando à frente dos destinos do Paraná.

Há 9 de agosto de 1890, a Junta Governativa baixava o decreto 104, dando ao Corpo uma regular organização militar condizente com a sua finalidade de mantenedor da ordem pública. Elevou o número de oficiais para 8 e o de praças para 300, prevendo uma Seção de Cavalaria e reorganizando a Banda de Música que havia sido dissolvida em 1883..

O cargo de Comandante-Geral passou para coronel, no qual foi investido o capitão do Exército Carlos Delphim de Carvalho, que procurou dotar a Corporação dos recursos indispensáveis à sua missão.

Nessa mesma ocasião foi instituído o cargo de major fiscal (equivalente ao atual chefe do Estado-Maior), preenchido pelo Cap. PM SALVADOR JOÃO FERNANDES e as companhias foram aumentadas para três. Em 3 de fevereiro de 1891, o novo comandante, coronel Cândido Dulcídio Pereira, mudou o quartel para um prédio do Estado e realizou outras obras de vultos, adquirindo o material e o armamento necessários ao Corpo, com cuja falta vinha lutando desde a data de sua criação. Durante o comando desse insigne oficial, o Dr. Francisco Xavier da Silva sancionou a Lei 36, de 5 de julho de 1892, estruturando a Corporação num corpo misto de cavalaria e infantaria, com a denominação de REGIMENTO DE SEGURANÇA DO PARANÁ, dando-lhe nova organização militar. Aumentaram, conseqüentemente, o seu efetivo para 20 (vinte) oficiais e 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) praças, adquirindo também 68 (sessenta e oito) equínos.

Essa mesma lei previu o cargo de capitão cirurgião (médico) no qual foi investido o Dr. Arthur de Almeida Sebrão, o primeiro facultativo da milícia paranaense, e previu ainda, ao Regimento, a seguinte missão: "A força pública permanente de Estado terá por comissão manter a ordem pública, velando pela paz e tranqüilidade dos cidadãos e garantindo a plena execução das leis".

No período de 06 de setembro de 1893 até 12 de maio de 1894, a Polícia Militar esteve empenhada na Revolução Federalista. Durante esse interregno serviu à causa da legalidade com denodo, dedicação e heroísmo, pronta sempre a marchar para os pontos mais arriscados e defender neles, com a máxima bravura e intrepidez, os poderes constituídos.

Durante aquela pugna de holocausto, tombou bravamente uma legião de valentes policiais-militares em defesa do regime republicano, entre eles o seu comandante, coronel Cândido Dulcídio Pereira, no Cerco da Lapa.

Finda a campanha e com a nomeação do coronel Ignácio Gomes da Costa para o comando-geral, um novo surto de progresso veio beneficiar a Polícia Militar, destacando-se, agora, a aquisição do novo quartel central, a compra de moderno material e a renovação de seus quadros, então desfalcados em decorrência do movimento revolucionário.

Iniciados esses melhoramentos em 1894, só em 1896 foi possível concluí-los em parte, dado o vulto das obras que virtualmente terminaram em 1905 sob a gestão do coronel Joaquim Antonio de Azevedo, o grande benfeitor da Corporação.

Outros comandos sucederam-se, sempre com o mesmo espírito de manter as gloriosas tradições da Corporação em nível ascendente de pujança e eficiência. Em 1912 novamente volta o Regimento de Segurança a empenhar-se em sangrentos combates em defesa do Estado e das instituições. Desta vez o seu objetivo foi o de assegurar a ordem e a tranqüilidade pública ameaçadas nos sertões de Palmas.

Em 22 de outubro daquele ano, no Combate do Irani tombaram mortos no campo de luta o valoroso JOÃO GUALBERTO GOMES DE SÁ FILHO, Comandante-Geral, elevado número de valentes policiais militares, ficando ainda vários outros gravemente feridos, dentre eles o alferes SARMENTO, hoje patrono da PMPR.

Mais tarde, os caboclos fanatizados reiniciaram a luta armada nas terras contestadas. Desta vez houve a intervenção federal e de 1913 até o final de 1915, o Regimento tomou parte saliente em vários combates.

A presença heróica da nossa Corporação, no Contestado, a história não poderá apagar de suas páginas. Seus notáveis feitos de armas jamais poderão ser esquecidos, porque, como disse o próprio general Setembrino de Carvalho, "... os louros da vitória não foram exclusivamente do Exército: deles compartilhou essa falange de bravos e dedicados combatentes que constituíam o luzido Regimento de Segurança do Paraná e que estiveram ao seu lado em todas as ações travadas, em todas as operações empreendidas, confundidos com ele pela audácia, pela coragem e pela resignação estóica".

Como reconhecimento a sua denodada atuação sempre ao lado das Forças Armadas, em 1917 o Regimento de Segurança passou a denominar-se FORÇA

MILITAR DO ESTADO, incorporando-se à primeira linha do Exército Nacional, na qualidade de Força Auxiliar, face o acordo afirmado entre a união e o Estado.

Novamente em ação 16 de julho de 1924, marchando para o Estado de São Paulo, integrada pelo 1º. Batalhão de Infantaria sob o comando do então capitão JOAQUIM ANTONIO DE MORAES SARMENTO, dando combate às forças revolucionárias paulistas chefiadas pelo general Izidoro Dias Lopes.

O referido batalhão, logo no início, travou violentos combates com as tropas revolucionárias na entrada de Porto Feliz, pondo-as em debanda, ocupando a seguir a cidade de Itu.

Incorporando-se depois aos destacamentos do coronel Abreu de Lima e do general Cândido Mariano da Silva Rondon, combateu em Botucatu, Indiana, Quatá, Porto Velho e na margem do Rio Paraná.

De São Paulo retornou a Irati, marchando, em seguida, para Catanduvas, onde tomou parte nos combates travados na Serra dos Medeiros, Arroio Bormann e Formigas. No dia 11 de janeiro de 1925 perdiam a vida heroicamente os tenentes JOAQUIM TABORDA RIBAS, FERNANDO SCHULTZ e um grande número de praças. O comandante do Batalhão e diversos outros policiais militares foram promovidos por ato de comprovada bravura.

De 1926 a 1927 a Corporação participou ativamente nos ataques da Correia e Bandeiras, nas proximidades de Catanduvas e, ainda neste último ano, dava combate ao bando de jagunços comandados pelo caudilho Fabrício Vieira, entregando-o às mãos da justiça.

Em 1930, a Polícia Militar colaborava na obra revolucionária e sobretudo na fase de reorganização de nossa Pátria. Quando a alma nacional num anelo de reivindicações se agitou, o Paraná, com a bravura de seus filhos, ajudou, de modo decisivo, aos seus irmãos de outros Estados, figurando em primeiro plano e concorrendo para que um novo regime de ordem e moralidade imperasse em nossa terra.

Sem jamais se descuidar de sua missão de mantenedora da ordem pública, em 1932 a Corporação constituiu a famosa "Coluna Plaisant", marchando da capital a 14 de julho a fim de dar combate às forças paulistas rebeldes que guarneciam a Capela da Ribeira, abrindo, com recursos próprios, uma das portas mais resistentes que possuía a fronteira de São Paulo. Dali se sucedeu os avanços ininterruptos da tropa policial militar, numa seqüência admirável de conquistas até o Rio das Antas,

eloqüente afirmativa de que, acima do cumprimento do dever, havia os milicianos colocando suas atividades a serviço de um ideal.

Pela sua ação eficiente e brava, dentro e fora do Estado, a Corporação recebeu as mais dignas referências das autoridades da Nação e, como sempre, a consideração do povo paranaense.

No acervo histórico da PMPR figuram páginas luminosas escritas pelos que participaram de todas as campanhas até aqui citadas e seus feitos heróicos deve-se ainda aos bravos que, anonimamente, jazem à beira das trilhas do interior do Estado, abatidos e mutilados pelas armas dos malfeitores, símbolos dignos de nortearem a sua conduta nessa trajetória rutilante.

#### 4.1.3 O progresso da polícia militar

A Polícia Militar de hoje deixou as velhas lides militares que as situações da época exigiam. Seus membros não renegam, mas, glorificam os feitos bélicos de seus ancestrais e, a par da veneração dos mortos queridos, lembram-se que os tempos já são outros.

A partir de 1946, a Corporação entrou de fato na sua Fase Contemporânea. Com os termos da Constituição Federal, com a diversificação de idéias e a liberdade dos legisladores no estudo dos problemas do Estado, com a evolução, ao lado do progresso, das questões de segurança, tornou-se uma organização moderna e sedenta de aperfeiçoamento policial.

Assim, como Corporação fardada e armada, estruturada à base da disciplina e da hierarquia, não tem se descuidado de suas obrigações militares perante a Nação, a fim de ajustar-se sobre critérios seguros, na execução da parcela que lhe cabe na missão de prover Segurança Interna, não tendo medido esforços para elevar cada vez mais, a sua capacidade operacional como polícia.

Os seus estabelecimentos de ensino - Academia Policial Militar do Guatupê, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e Colégio – mantêm cursos para todos os graus da hierarquia com notável rendimento em volume, como em qualidade, criando condições para elevação do nível cultural e técnico-profissional do policial-militar.

O seu curso de formação de oficiais de nível superior, reconhecido pelo Ministério de Educação.

Procurando sempre dar mais segurança à população, a partir de 29 de março de 1980 introduziu o novo tipo de policiamento urbano denominado Módulo Policial-Militar, que já serviu como paradigma aos demais Estados da federação dada a sua eficiência no combate ao crime.

Outros sistemas de policiamento vêm sendo adotados hoje para maior garantia da comunidade paranaense e suas organizações estão sendo interiorizadas cada vez mais.

A Polícia Militar tem conseguido uma atuação comunitária e uma participação social, pois através do policiamento ostensivo, além da ação da prevenção da criminalidade, através do Bombeiro Militar, presta serviços de cunho social de socorro aos carentes e de salvamento e proteção por ocasião de desastres e calamidades públicas e, mercê de sua peculiar estrutura organizacional, reúne condições de continuidade de funcionamento, mesmo quando do colapso de outros órgãos.

É esta a Corporação policial-militar que se observa em nossos dias, fiel aos ditames da Carta Magna da Nação e da legislação federal que definem, de maneira clara e precisa, o seu campo de atuação, estando sempre vigilante e pronta, a toda hora, para acionar o policiamento ostensivo normal, urbano e rural, bem como, preparada também para, em qualquer circunstância, reprimir a subversão da ordem ou ameaça de sua erupção.

A Polícia Militar está presente e atuante em todas as situações para a garantia da segurança do povo paranaense, que assim poderá usufruir plenamente dos direitos que o regime lhe assegura: explorar as riquezas que a terra lhe oferece e viver com os encantos naturais que o Estado lhe apresenta.

O fator preponderante que tem contribuído para a realização de tais objetivos é a disciplina forte e consciente, cuja prática constante e permanente, foi um poderoso e forte elo de coesão que o impulsiona para todos os sentidos que conduzem ao progresso, ao fortalecimento e à grandeza do Paraná e do Brasil.

## 4.2 ASPECTOS CONCEITUAIS

Para análise do problema em questão se faz fundamental o esclarecimento de alguns conceitos, sem os quais se tornaria impossível a conclusão dos estudos.

Dentre outros, fundamental se faz discutir os conceitos de Comunidade, Polícia Comunitária e sua forma de aplicação dentro da corporação.

### 4.2.1 Segurança pública

Em se verificando na história se observa que, desde a idade primitiva, o homem se reunia, buscando o apoio mútuo para sua própria defesa, já que era impossível fazê-la sozinho.

Apesar da evolução tanto racional quanto tecnológica, a comunidade na comunidade de hoje é impossível a segurança individual e coletiva como dever do próprio homem.

Hoje nosso ordenamento jurídico entrega inteiramente ao Estado a função de defesa do cidadão, visto que a ele cabe criar e manter as condições de segurança do indivíduo, tanto no aspecto físico como do seu patrimônio. Isto significa assegurar a vida das pessoas na sociedade, resguardando-as da violência.

Proteger de violência o patrimônio público e privado e garantir o livre exercício da cidadania.

Para cumprir seu papel, o Estado terá que dispor de instrumentos capazes de garantir, ou assegurar este direito aos indivíduos, os quais estão previstos na Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, que designou o seu capítulo 111, como o da segurança pública.

Já seu artigo 144 traz os órgãos que o Estado terá para exercer sua função perante a sociedade. Com isso, é possível afirmar-se que a Constituição de 88, procurou valorizar o principal aspecto ou elemento da ordem pública, qual seja a segurança pública.

Procurou, ainda, guardar a correta grandeza entre a ordem pública e a Segurança Pública, sendo esta exercida em função daquela, como seu aspecto, seu elemento, sua causa.

A Constituição Federal de 1988 deu também dignidade constitucional a demais órgãos policiais, até então inexistentes em termos constitucionais, como a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal e as Polícias Cíveis.

Em outras palavras, a Carta Magna passou a prever que a segurança pública, como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo um estado anti-delitual, será exercida, na República Federativa do Brasil pelas Polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Cíveis, Militares e Corpos de Bombeiros Militares, devendo ser lembradas, por assemelhação, as Guardas Municipais, porque integram a previsão do aludido capítulo e art. 144, no seu § 8º.

Neste capítulo a Constituição estabelece claramente a competência de cada órgão público, porém, também clareia que a Comunidade deve participar em sua auto-defesa, aplicando as soluções que está a seu alcance.

Portanto, se pode dizer que Segurança Pública é a garantia pelo Estado, dos direitos e liberdades individuais e de proteção contra o crime, fundamentado no ordenamento jurídico da nação.

Este é um quesito bastante abrangente, complexo e importante para que se deixe o seu enfrentamento apenas nas mãos da polícia.

Para considerar-se seguro, o indivíduo terá que, inicialmente, estar endogenamente seguro, isto é, ter resolvido os seus problemas de saúde, educação, de meios de subsistência, de oportunidade social. Em resumo, livre de temor.

A polícia militar, como órgão da administração pública, presta serviço público de natureza essencial para segurança individual e coletiva, tendo por objetivo a proteção das pessoas e dos bens, devendo agir de modo legal para prevenir ofensas e direitos individuais e coletivos, auxiliar no cumprimento das regras de convivência legalmente impostas ou admitidas, cooperar para a consecução dos direitos fundamentais e, quando indispensável, reprimir a prática de atos à ordem constitucional estabelecida.

A eficiência policial deve ser avaliada pela capacidade em colaborar para a convivência pacífica das pessoas e dos grupos sociais, assegurando direitos com o mínimo possível de condicionamento e só usando da repressão em casos excepcionais, de modo legalmente permitido e na medida estrita das necessidades.

#### 4.2.2 Comunidade

O Termo Comunidade para nós é aplicado como sendo as pessoas que vivem em um determinado grupo social, podendo ser este grupo o representativo de um bairro ou até mesmo cidade.

O minidicionário da língua portuguesa de Silveira Bueno nos traz em sua página 145 que Comunidade é *“associação de pessoas que têm os mesmos objetivos”*

Em busca na Internet, o Site [HTTP://wikipedia.org/wiki/comunidade](http://wikipedia.org/wiki/comunidade) traz o conceito como sendo

“Grupo de pessoas parte de uma sociedade maior, que vivem em uma determinada área e mantêm alguns interesses e características comuns; Pode ser entendida como um conjunto de seres vivos inter-relacionado que habita um mesmo lugar. Do ponto de vista da ecologia, comunidade – também chamada biocenose é a totalidade dos organismos vivos que fazer parte do mesmo ecossistema e interagem entre si; do ponto de vista da sociologia, uma comunidade é um conjunto de pessoas com interesses mútuos que vivem no mesmo local e se organizam dentro de um conjunto de normas. Os estudantes que vivem no mesmo dormitório formam uma comunidade, assim como as pessoas que vivem na mesma aldeia, cidade ou no mesmo bairro; também pode ser entendida como um conjunto de pessoas que se relacionam virtualmente através do Orkut” ([HTTP://wikipédia.org](http://wikipédia.org) – Acesso em: 10 jan 2008.)

Observa-se que este conceito abrange todo e qualquer grupo de pessoa, basta que exista alguma correlação entre o grupo para se poder chamá-lo de **comunidade**.

#### 4.2.3 Polícia

Quando pronunciada a palavra “polícia” imediatamente vem à mente a imagem de uma pessoa com fardamento apropriado, com cinto de guarnição e com armamento, a qual tem a responsabilidade de fazer cumprir as ordens e deter as pessoas que nos causam algum tipo de lesão, quer física ou moral.

Em se buscando o conceito do vocábulo “polícia” encontramos no minidicionário da língua portuguesa de Silveira Bueno, Ed 2001, pag. 493, *polícia – Segurança pública; patrulha; conjunto das leis que asseguram a ordem pública; a*



*corporação incumbida de a manter; s. m. indivíduo pertencente à corporação policial; guarda.*

Em se aprofundando no conceito, têm na Enciclopédia Eletrônica da Internet Wikipédia, no site <http://wikipedia>, acessado em data de 10 jan 2008, o seguinte conteúdo:

Polícia é um vocábulo grego ("politeia") que derivou para o latim ("politia"), ambos com o mesmo significado: governo de uma cidade, administração, forma de governo. A polícia é um órgão governamental, presente em todos os países, cuja função é a de repressão ao crime e manutenção da ordem pública, através do uso da força se necessário, fazendo cumprir a lei. À Polícia incumbem funções exclusivas como a prevenção da criminalidade, bem como a de investigar e apurar os delitos cometidos, quando o policiamento preventivo falha ou seja não cumpre na íntegra sua tarefa, fornecendo assim subsídios ao Poder Judiciário para que os criminosos sejam devidamente processados, na forma da lei. (<http://wikipedia>, - Acessado em: 10 jan 2008).

Observa-se pelos conceitos emitidos, a enorme abrangência do termo, já, voltando ao ambiente da administração pública, de modo sintético, CRETELLA JUNIOR define o instituto polícia como:

Conjugando-se os elementos que, obrigatoriamente, devem estar presentes na estruturação conceitual – O Estado, detentor único do poder de polícia, tranqüilidade pública, condição indispensável para que os agrupamentos humanos progridam, as restrições jurídicas à liberdade, necessárias para que a ação abusiva de um não cause embaraços a ação do outro – é possível atingir-se a seguinte definição jurídica de polícia: conjunto de poderes coercitivos exercidos pelo Estado sobre as atividades do cidadão mediante restrições legais impostas a essas atividades, quando abusivas a fim de assegurar-se a ordem pública. (CRETELLA JUNIOR, 1999, p.65).

Pode-se definir claramente que o papel da polícia para a população está em garantir a segurança de todos os cidadãos a que está vinculada, também se entende que cabe ao cidadão quando se sentir ameaçado de qualquer forma, procurar a polícia, a qual terá obrigação de solucionar o conflito.

#### 4.2.4 Polícia comunitária

Tem-se que a função de guarda e garantia de direitos imposta à polícia tem uma grande abrangência a qual com o crescimento populacional fica prejudicada nos moldes antigos de apenas alocar policiamento em vias, sem qualquer critério.

Os estudos demonstram que a polícia tem que ser forte, parecer forte para só então conseguir confiança da comunidade.

Com a finalidade de atingir tais pressupostos e uma maior integração com a sociedade, surge a Polícia Comunitária a qual vai buscar a resolução dos problemas locais e complexos de uma comunidade através de reuniões entre entidades, associações, polícias, empresários, comerciantes, imprensa, políticos e outros, os quais todos dentro de suas respectivas competências tomam medidas necessárias e cabíveis para o bem estar geral.

Polícia Comunitária é a aproximação da comunidade com as pessoas que devem lhes dar proteção e garantias, bem como é o fiel cumprimento do preceito constitucional do art.144, que atribui parcela de responsabilidade da segurança para todos os cidadãos.

Na aplicação da polícia comunitária, a sociedade avalia seus problemas e os aborda de maneira eficaz, permitindo aos órgãos de segurança resolver os problemas ao invés de ficarem repassando para outros órgãos com o fito de desvencilhar-se deles. Muitas vezes a sociedade orientada pelos policiais encontra as soluções mais simples e mais rápidas possíveis.

Dentro da PMPR, pela Diretriz no. 002, da PM/3, 2004, existe o entendimento de que polícia comunitária é a conjugação de todas as forças vivas da comunidade (a própria comunidade, a comunidade de negócios, as autoridades cívicas eleitas, as polícias todas, as outras instituições e autoridade e a mídia), sob a coordenação de policiais especialmente designados, no sentido de preservar a segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata. Deve ser entendida também como uma filosofia de atuação da Polícia Militar, marcada pela intensa participação da comunidade na resolução dos problemas afetos à Segurança Pública.

Doutrinariamente se tem: a atividade de Polícia Comunitária é um conceito mais amplo que abrange todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgãos governamentais ou não. A Polícia Comunitária envolve a participação das seis grandes forças da sociedade, freqüentemente chamadas de "os seis grandes". São elas a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia. (BONDARUK E SOUZA, 2003, p. 48).

#### 4.2.5 A comunicação social e a polícia militar

A velocidade das transformações do mundo exige constante reflexão sobre o futuro das instituições, especialmente daquelas que, em contato direto com os cidadãos, sofrem as primeiras críticas.

A Polícia Militar, como instituição pública de proteção e socorro, assimilou bem essa nova realidade, em que a criminalidade é vista mais em função da profilaxia do que como repressão.

Só com sensibilidade profissional aguçada e com visão de modernidade empresarial é que se conseguirá o eficaz planejamento ajustado a tais circunstâncias.

Não há dúvidas de que hoje estamos emergindo de uma sociedade industrial para uma sociedade de informação.

Dentro dessa visão sistemática, é fundamental para a "Empresa" Policial Militar interagir com seu ambiente externo geral e com seu ambiente operacional.

As campanhas publicitárias e as informações jornalísticas, com regularidade e realidade, mostrando os esforços desenvolvidos e os resultados alcançados, poderão transmitir, aos públicos-alvos, este elemento institucional de política ostensiva e de preservação da ordem pública.

A transparência de comportamentos e de intenções que caracteriza a Polícia Militar necessita ampliar os canais de comunicações com a população que é a usuária dos serviços, captando seus anseios e recebendo suas críticas, para que seja repensado continuamente, seu agir, adequando-o sempre de forma correta e eficaz, face a circunstâncias existentes e emergentes.

#### 4.2.6 Comunicação com a sociedade

A vida de um policial dentro da caserna, o coloca na maior parte do tempo, em contato com seus pares e superiores hierárquicos, tornando-o uma pessoa fria para com o trato com a sociedade.

Trajonowicz, em sua obra diz:

Os policiais motorizados costumam ver as pessoas nas piores situações, o que pode levá-los a pensar que todos os que vivem numa área tomada pelos crimes e pelas drogas são maus sujeitos.

Ao mesmo tempo, as pessoas honestas que vivem em bairros decadentes e que são vítimas de indignidades, ameaças e abusos de um policial ou que ouvem falar sobre tais incidentes – podem por sua vez, etiquetar toda a polícia como sendo o inimigo. (TROJONOWICZ, 1991, p.10).

Infelizmente esta linha de raciocínio é verídica, se observa dentro da caserna o policial que trata todos como se fossem marginais e ainda se vê na comunidade, induzida pela mídia, a generalização das condutas individuais de maus policiais.

O policial deve ter um contato mais direto com o seu público alvo, alvo no sentido de atendimento, de prestação de serviços, fazendo com que com o passar do tempo possa saber distinguir dentro da comunidade as pessoas de boa índole e as que necessitam de auxílio e recuperação. A recíproca também é verdadeira por parte da comunidade que conhecerá o policial no seu trabalho e em sua vida particular.

Para que isso ocorra a integração é sem dúvida nenhuma um requisito essencial e com o passar do tempo a confiança se estabelecerá, tornando-se o policial um verdadeiro líder da comunidade.

Nesse aspecto têm-se as declarações de um líder comunitário, citado no livro *Policiamento Comunitário e Combate sobre a Polícia* de Theodomiro DIAS NETO, (2000, p.57):

As pessoas são menos antagônicas em relação a Polícia do que no passado. Há ainda um sentimento geral de que a polícia age de maneira estúpida e corrupta, mas é menor a sensação de que o policial representa o inimigo. O programa de policiamento comunitário tem ajudado na reversão deste quadro, porque as pessoas prezam o seu policial local. Os policiais comunitários são capazes de romper a barreira entre polícia e comunidade. (Vera Institute Of Justice community patrol 1989 p.VII-33).

Na mesma linha de raciocínio, tem-se a declaração de um policial comunitário da mesma cidade que diz:

O fato é que através do programa do policiamento comunitário eu tive oportunidade de me expor ao público e perceber que há pessoas que são positivas em relação a polícia... por outro lado pessoas que eram antes negativas passam a ver estes policiais individuais tentando ajudá-los e tornam-se mais receptivas a polícia. Nós não estamos mais somente arrombando portas ou multando. (IBID, p.II – 29).

Isto tudo mostra que ambos, tanto comunidade quanto policial, estão aguardando uma ação mais eficaz e estão receptivos ao projeto, necessitando apenas de incentivos por parte dos dirigentes maiores, os quais devem preparar o terreno e o homem que o aplicará.

Observa-se que o policiamento comunitário é uma das soluções para os problemas da comunidade e necessita de um grande entrosamento entre polícia e sociedade.

#### 4.2.7 A Propaganda institucional para a formação de opinião pública

Como guardião da coletividade, a Polícia Militar desempenha um papel permanente de heroísmo, de destemor, de solidariedade e esta é a imagem que ela deve ter aos olhos do cidadão, a qualquer tempo.

Daí a necessidade da propaganda.

a. A propaganda como a ALMA DO NEGÓCIO.

b. Em linguagem de caserna ela é a ARMA DO NEGÓCIO. Uma arma que, se usada convenientemente, sempre atinge o alvo.

c. A propaganda é fundamental para entidades ou órgãos ou empresas públicas, porque ela ajuda a estabelecer uma corrente de simpatia para ligar essa entidade ou empresa ao público.

d. No caso da Polícia Militar, essa corrente não pode romper-se nunca. É indispensável que a Polícia Militar se coloque, aos olhos da população, como essencial à proteção da coletividade, contra os marginais, contra aquilo que fere a lei e/ou coloca em risco a segurança e a integridade dos cidadãos.

Não basta que os jornais dêem notícias simpáticas sobre a Polícia Militar.

Não basta que a Polícia Militar seja eficiente todo o tempo.

É indispensável usar propaganda, por causa da sua eficiência da propaganda como arma de convencimento.

Uma notícia de jornal morre no dia seguinte. Ela só dura enquanto o jornal está "quente".

Não dá para divulgar exatamente a mesma notícia todo dia, porque não tem nada mais velho do que notícia de ontem.

Existe uma diferença entre propaganda e notícia. E esta diferença é apenas de forma e de conceito.

Uma boa propaganda pode e deve repetir-se indefinidamente, porque ela é bonita, agradável, pela emoção, pela forma plástica, pelo humor, e com isso cumpre a sua finalidade: as pessoas gostam e vêem de novo, voltam a gostar, tornam a ver. Com uma notícia não acontece isso. A pessoa viu e pronto. Não quer saber mais, porque a notícia está dada.

Engana-se, portanto, quem pensa que a PM/5 e suas P/5 espalhadas pelo Estado estão bem cobertas, do ponto de vista de divulgação, se puderem usar os veículos de comunicação apenas para notícias.

É preciso fazer propaganda.

É preciso falar insistentemente da eficiência da Polícia Militar.

É preciso falar do treinamento que os soldados recebem.

É preciso falar da coragem com que eles defendem a sociedade, os cidadãos.

É preciso falar dos bombeiros - esses heróis.

É preciso falar do trabalho dos policiais de trânsito, nas cidades e nas estradas.

Enfim, é preciso que a comunidade conheça a Corporação, para que ela dê o valor devido aos seus homens.

Isso, através da propaganda, fica mais fácil. Fica mais bonito. E acaba sendo, portanto, muito mais eficaz.

É fácil imaginar, portanto, a força que a propaganda pode ter para mostrar à população como é amiga a Polícia Militar, como são amigos e companheiros os soldados, como eles trabalham para proteger a vida e o patrimônio das pessoas.

Portanto, a propaganda sempre dá bons resultados, em termos de imagem. E nunca deve ser descartada nas relações da Polícia Militar com a comunidade.

#### 4.2.8 Relações Públicas

Foco principal para opinião pública está na maneira como são divulgadas as notícias de um órgão ou uma entidade, por mais que o conteúdo seja positivo, a forma de sua divulgação pode acarretar uma avaliação diversa pela comunidade.

Neste contexto F. C. Gilmann, citado por Maura Eustáquia de Oliveira, na Revista O Alferes, nº 18 "É, em grande parte, a atuação baseada no uso inteligente dos meios de comunicação, para promover a mútua compreensão e para habilitar o público a ter uma opinião informada". (1989, p. 55)

E ainda, Roger Mucchelli, citado por Maura Eustáquia de Oliveira, na Revista O Alferes, nº 18, "É a arte de contato inter-humano, capaz de acolher e de inspirar confiança"; o "saber-fazer" e o "saber-satisfazer". (1989, p. 55).

O expressivo pensamento da Associação Francesa de Relações Públicas, citado por Maria Eustáquia de Oliveira, na Revista O Alferes, nº 18, encontramos "Relações Públicas é a atividade e o esforço deliberados, planejados e contínuos de estabelecer e manter compreensão mútua entre uma organização pública ou privada e os seus públicos, quaisquer que eles sejam". "*Bien faire et savoir dire*" (fazer bem e saber dizê-lo) (1989, p. 56).

O objetivo do trabalho de Relações Públicas de uma organização é de manter o equilíbrio entre a identidade e a imagem de uma organização, ou seja interagir com o público que atende da forma com que este esteja esperando.

A Associação brasileira de relações públicas nos traz o seguinte conceito:

Relações Públicas é a atividade e o esforço deliberado, planejado e contínuo para estabelecer e manter a compreensão mútua entre uma instituição pública ou privada e os grupos de pessoas a que esteja, direta ou indiretamente, ligada

A maior ambição de um serviço de Relações Públicas é tornar a organização, a qual se liga, útil e integrada à comunidade e revelar às pessoas como isto ocorre.

Fazer parte integrante de alguma coisa é completá-la. É ser necessário para a sua integridade. É torná-la inteira.

Herbert Baus, citado por Maria Eustáquia de Oliveira, na Revista O Alferes, nº 18, afirma que "os planos de relação com a comunidade são lançados para convencer a população de cada comunidade de que a organização é parte integrante da mesma" (1989, p. 56), mas antes de tudo é fundamental que sua conduta corresponda a esse esforço.

Mas, na verdade, além de tudo isso, Relações Públicas compreendem quatro características básicas: uma filosofia de administração; uma função

administrativa; um conjunto de técnicas de comunicação e a implicação na boa impressão que o público tenha das pessoas ligadas a determinada organização.

Como filosofia de administração, ou seja, da direção máxima, relações públicas devem ser uma atitude de espírito que situe os interesses das pessoas acima de todos os assuntos ligados à direção. Segundo esta filosofia, o comando das ações é feito com o objetivo de servir, da melhor forma possível, aos interesses de todas as categorias ou segmentos do público; seus servidores e respectivas famílias, fornecedores, auxiliares e líderes, à comunidade em geral e a cada cidadão.

Sob esse aspecto, relações públicas têm o objetivo de servir ao interesse público. Os interesses de cada segmento de público com o qual uma organização se relaciona são diferentes, mas tem sempre um ponto em comum: são de natureza egoísta. Os policiais, por exemplo, se interessam pela Polícia Militar porque é aí que trabalham, têm sua fonte de remuneração e é ela que lhes oferece boas condições de serviço, oportunidades de progredir, consideração e emprego estável. Em síntese: condições de viver e prover o sustento de suas famílias.

Sua lealdade, produtividade e dedicação são fatores intrinsecamente ligados a esta situação. Logo, quanto mais suas aspirações e necessidades são atendidas, melhor sua postura e maior o seu compromisso com o trabalho que executam. A comunidade espera, por sua vez, que a Polícia Militar se integre de forma útil à sua vida, participe de suas atividades importantes, seja sempre presença positiva nos momentos de calamidade, perigo ou de dificuldades (não é por acaso que o Corpo de Bombeiros é a Unidade mais querida, simpática e reconhecida pelas pessoas).

Os cidadãos, por outro lado, querem da Polícia a eficiência na garantia de sua segurança e bem-estar na proteção do seu patrimônio. (Pergunta-se, então, por que o gigantesco esforço das unidades de policiamento ostensivo não merecem das pessoas o mesmo nível de simpatia e reconhecimento dedicados ao Corpo de Bombeiro?).

O papel das Relações Públicas, neste complexo universo de interesses, às vezes antagônicos, é, primeiro, o de buscar identificar entre eles algo que possam ter em comum e, a partir daí, planejar e desenvolver ações no sentido de harmonizá-los, compatibilizá-los, administrá-los, sem a nenhum deles negligenciar, nem favorecer especialmente. Ou seja, dentro de uma verdadeira filosofia de relações públicas, os responsáveis por esta área devem identificar formas capazes de



conduzir a Corporação a adotar aquele comportamento que segundo Edgar M. Queeny, citado por Maria Eustáquia de Oliveira, na Revista *O Alferes*, nº 18, "*num homem é reconhecido como boa moral*" (1989, p. 58).

Na verdade, não há diferença estrutural na razão pela qual alguém se torna respeitado e granjeia simpatia da comunidade e os motivos pelos quais uma organização conquista boa reputação, isto quer dizer, em última análise, que é necessário que a organização seja INTEGRAL para merecer a confiança do público.

A segunda função de Relações Públicas: a função administrativa, neste domínio, a ação de Relações Públicas atinge todas as áreas e núcleos da organização e deve permear absolutamente todas as suas ações, sendo que o seu serviço, neste campo, é essencial para obter a boa receptividade das ordens emanadas dos comandos, fazendo com que as pessoas percebam e compreendam o sentido delas e sua importância, pois, sabendo de tudo isso, cada comandado entenderá POR QUE deve obedecer e cumprir melhor o seu compromisso.

Compreensão e esclarecimento garantem cooperação mais rápida, estimulam a lealdade e confiança nos superiores e ajudam a alcançar a subordinação dos interesses pessoais ao bem-estar coletivo, assim, o papel da Relação Pública é despertar, nos administradores, atenção maior para os aspectos humanos das atividades e para a necessidade de conquistar a boa vontade e a compreensão daqueles que trabalham juntos, para conferir eficiência à organização.

Aliás, EFICIÊNCIA é, segundo dados de pesquisa de opinião pública, tudo o que a população reclama do serviço público.

O que se pretende é que cada policial-Militar, compreenda que tem uma grande responsabilidade no seu trabalho, que é a de fazer com que cada pessoa com quem se relaciona, tenha uma boa impressão da Corporação a que serve.

Mas, como foi dito, Relações Públicas são também a otimização do uso integrado de um conjunto de técnicas de comunicação. E aqui vale lembrar a conceituação dos franceses para Relações Públicas **Bien faire et savoir dire** "Bem fazer e saber dizer".

Um trabalho de Relações Públicas não se constrói sobre o nada. É preciso produzir fatos, ações, atividades positivas no âmbito da organização e em favor da comunidade e, num momento seguinte, revelar tudo isso ao público, ou seja, fazer com que o público tome conhecimento das propostas e realizações da organização, dizer-lhe, permanentemente, como a organização está procurando atender as suas

expectativas, ou como está estruturando-se, preparando o seu pessoal e modernizando-se para dar conta de seu serviço, e ainda, dizer também, sempre que possível e oportuno, quais são as suas dificuldades para atingir este objetivo, para que a comunidade também se questione sobre oportunidades de prestar-lhe ajuda solidária.

O apoio do público vai depender, fundamentalmente, do seu conhecimento sobre como e por que a organização está trabalhando a seu favor, quais os seus problemas e dificuldades e o que está sendo feito para superá-los. E nisto é indispensável um inequívoco comprometimento da organização com a VERDADE.

Consciente de “por que” e “para que” se dirige aos seus públicos, a organização deve manter abertos os canais de comunicação entre o público e seu comando, para que suas autoridades conheçam os pontos-de-vista, as atitudes, os interesses e as antipatias do público e possam fixar sua política de prevenção de problemas.

A informação correta e verdadeira evita boatos, o diz-que-diz, e os rumores sem fundamento que, muitas vezes, tantos estragos causam ao conceito das organizações desavisadas e devem ser a tônica de seus procedimentos.

É indispensável, também, estar atento às respostas do público:

- Como a organização tem sido tratada pela imprensa?
- Como as pessoas têm tratado o Policial Militar?
- O que dizem as pesquisas de opinião?

Em Relações Públicas, é importante estar atento às respostas, pois, trata-se de uma atividade de **mão dupla**.

A maioria das pessoas tem curiosidade em saber das coisas que se relacionam aos interesses, à sua vida. Então, se é a comunidade quem paga os impostos que sustentam o serviço público, e por extensão a PM, ela quer tomar conhecimento dos seus avanços tecnológicos, no preparo dos recursos humanos, dos trabalhos realizados, dos resultados alcançados no combate à criminalidade, etc., enfim, um panorama realístico da Polícia Militar, do seu trabalho, de suas políticas de ação, de suas operações, deve ser fornecido, com freqüência, e honestamente, aos seus policiais, à comunidade, à imprensa e a todos que tenham algo a ver com suas atividades, como os secretários de Governo, os parlamentares,

prefeitos, lideranças sindicais, associações de comerciantes e industriais, universidades, etc.

Por outro lado, a eficiência da comunicação depende da competente elaboração da mensagem e da escolha do veículo adequado para atingir o público desejado, pois, vejamos o caso da Polícia Militar, especificamente. Para o público, o policial de qualquer batalhão, destacamento ou subunidade **é a Polícia Militar**. Logo, se os policiais forem educados, justos, honestos, sinceros e eficientes em seu trabalho e em suas relações com as pessoas comuns, o público atribuirá estas mesmas virtudes e características à Corporação. Da mesma forma, se o policial é mal educado, injusto, desonesto, corrupto e ineficiente, o público transfere estes atributos à Corporação como um todo. Dai a fundamental importância de um bom serviço de recrutamento de pessoal, capaz de selecionar gente adequada às funções que irá exercer. Nota-se, portanto, que investir em recursos humanos produz retornos altamente compensadores, em vários setores, inclusive na geração de confiança e credibilidade.

O público percebe e aceita as palavras, atitudes e atos de um policial, antes de acolher o que os seus comandantes possam dizer ou fazer. Logo, um programa de Relações Públicas só tem consistência, quando começa por trabalhar as pessoas que compõem a organização. Se estas pessoas agirem corretamente, elevam o conceito de sua organização perante o público; caso contrário, arruinam-no e não há campanha de persuasão capaz de reverter a verdade contida nos FATOS.

Não há diferença substancial entre o jeito de uma pessoa exteriorizar uma personalidade agradável e respeitável e o modo de uma organização revelar a sua maneira de ser, a sua alma.

Respeito pelos direitos alheios, no caso da Polícia, até pelos direitos dos marginais - compostura, integridade, índole amável e educação são traços que evidenciam um indivíduo de boa personalidade e, também, tornam respeitável e confiável uma organização.

Um policial deve, por isto mesmo, conhecer bem a Polícia Militar, sua organização e contribuições para o bem-estar público. Saber diferenciar rigor e eficiência de arbitrariedade e abuso de poder e violência gratuita e dispensável.

Deve-se levar em consideração, que todo o esforço de Relações Públicas objetiva a formação de uma opinião favorável, informada e positiva sobre a organização, isto é, ganhar a confiança da Opinião Pública, pois, como disse

Maquiavél : "É ao povo que importa merecer o afeto, pois ele é o mais forte e o mais poderoso". E ainda porque, segundo Rousseau, "é através das opiniões que se torna possível governar as paixões dos homens".

#### 4.2.9 Aspectos sociais

O que mais assusta a sociedade nos dias de hoje é inegavelmente o aumento da criminalidade, quer seja pela quantidade de casos ou quer seja pela gravidade e forma com que acontecem os delitos, cada vez mais violentos e ameaçadores.

Quando indagados de qual a solução ao problema, sem sombra de dúvidas, todos olham para as polícias como se elas fossem os verdadeiros culpados pelo acréscimo da violência, cobrando medidas para redução imediata dos delitos, esquecendo-se que o criminoso não se forma da noite para o dia, existem diversos fatores que contribuem para isso e devem ser combatidos.

O homem é um reflexo do meio em que vive.

Atuando no seu meio social, o homem produz a verdade, construída através da interação. Não por que seja um ser identificadamente social, mas é através dele que as instituições se transformam e se consolidam, com o resultado de sua atividade criadora.

Projetando e interagindo, ele participa de um processo global que imprime à realidade que o cerca uma determinada configuração. Sendo assim um ser social é na sociedade que o homem se completa, e completa a sociedade.

Portanto, o homem é produto da cultura e também um trabalhador cultural, à medida que cristaliza suas normas, padrões e valores sociais, ordenando seu comportamento, conferindo sentido à sua vida.

O homem continua sendo muito frágil e de fácil manipulação, sujeito a vários riscos. As instituições continuam sendo, em decorrência, quase sempre, o produto intencional de seus interesses individuais ou grupais, inseridas num sistema de normas que regulam o seu comportamento. Num contexto social, o homem ocupa espaços e papéis diferentes, interagindo-se em torno de objetivos comuns, com crenças e ações comuns.

Assim, de maneira visível, se pode dizer que voltamos ao **Conhece-te a ti mesmo** que ainda é, sabiamente, a primeira palavra que nos descortina os horizontes a serem vencidos, aqui considerado o que os outros nos revelam a respeito de nós próprios, o papel que nos atribuem e aquele que efetivamente assumimos.

Decorre daí, que as instituições, em sua grande maioria, tendem a se voltar para dentro, atuando em torno de objetivos internos, implementando o auto-consumo, perdendo, em conseqüência, uma grande potencialidade na busca dos seus objetivos finalísticos. Assim procedendo, vinculam-se invariavelmente à ideologia política dominante, oriunda do Estado, às quais se consolidam. Neste processo o homem deixa de participar efetivamente das decisões essenciais, que lhes são pertinentes.

É preciso repensar que a sociedade durante milhares de anos foi agrícola, pastoril e rural, tendo, de maneira abrupta, se tornado urbano e industrial, criando confusão, pressão e tensão.

A Revolução Industrial do século XVIII trouxe, em seu bojo, as conseqüências próprias da fragilidade das estruturas sociais criadas. Tal transformação das instituições, a partir do século XVIII aumentou a desproteção, recalçou a insegurança, marginalizou uma grande parcela social e incapacitou potencialmente várias forças produtoras sociais.

*Cada nação, cada povo, cada segmento social, através das instituições, ao mesmo tempo em que criam o seu modo de existir social, organizam também a forma de participação dos indivíduos nos destinos do grupo. A partir do momento em que se legitima a ação da organização pela efetiva participação da sociedade no processo de decisão, que resultará no desenvolvimento de mecanismos que visem o bem-comum, tendo o homem como agente social de mudanças e centro dos interesses de um sistema de defesa social.*

Sabe-se que as mutações sociais são uma constante procura de desenvolvimento, a busca de novas experiências e expectativa de mudanças institucionais, com a participação efetiva dos diversos segmentos sociais, tendo como suporte e fim o atendimento aos anseios e aspirações populares.

Neste contexto, avolumam-se os questionamentos sobre instituições, não quanto à sua existência, mas quanto à finalidade social, à eficiência e à eficácia de suas ações.

Portanto, é necessário que as instituições, pela conformação política advinda do Estado, permitam que os indivíduos proclamem seus interesses e necessidades comuns, mesmo por que a melhoria da qualidade de vida e a elevação do bem-estar social são anseios e aspirações legítimas, inerentes a todo ser humano.

A participação do homem na sociedade reflete a sua necessidade de realizar estas aspirações, qualquer que seja o seu grau, significado ou dimensão almejado.

Assim é que a sobrevivência do homem, no contexto social, está dependente da existência e preservação de uma eficiente organização social caracterizada pelo estabelecimento de um sistema social que permita aos seus componentes a sobrevivência com sujeição às normas, aos padrões sociais, entendidos como: necessários, desejáveis e toleráveis.

O ponto de equilíbrio está no controle das tensões e no grau de integração dos seus componentes, no tocante aos costumes, às instituições, modos de vida, crenças, valores e instrumentos sócio-culturais. Em princípio, como axioma indiscutível, sabe-se que nenhum organismo sobrevive sem equilíbrio. A comunidade é um organismo e o homem o seu fator de equilíbrio. Porém, este, para manter seu equilíbrio pessoal e concorrer para o equilíbrio do todo comunitário, necessita de segurança. Além de fator de equilíbrio é o homem o centro dos interesses do sistema social, sendo necessário, para sua efetiva sobrevivência, a certeza de sua segurança, sob todos os aspectos.

É válido ressaltar que os anseios e aspirações da comunidade devem adequar-se às atividades dos órgãos públicos, buscando-se, em última análise, o bem-estar social.

Destaque-se a intimidade das aspirações e dos anseios às necessidades fundamentais do homem, de ordem fisiológica, de segurança, de aceitação e de afeto, de respeito e reconhecimento e de auto-realização.

Identifica na base da pirâmide a necessidade de segurança é uma necessidade de preservação, e cada comunidade tende a dar respostas às suas necessidades de maneiras diferentes.

Portanto, é importante que haja identidade de propósitos, cooperação mútua e evolução harmoniosa entre as instituições e a comunidade. As instituições têm de ser consideradas e sentidas como sendo a tessitura do próprio organismo social a que pertencem, e assim considerarem-se.

#### 4.2.10 Percepção social

A Corporação sempre primou pelo cumprimento com êxito de sua missão institucional. Suas ações são o produto de demorado amadurecimento, avaliação criteriosa de suas potencialidades, da conjuntura predominante no contexto social. Seus atos têm a perenidade de sua destinação legal, dentro dos seus objetivos finalísticos, que se suportam no atendimento às necessidades de segurança da comunidade.

No entanto, apesar de todo o esforço, permanece uma latente sensação de insegurança na comunidade, ocupando espaços sociais, conduzindo o homem à inação. Permanece uma constante na vida cotidiana, representada pela agressão potencial à vida humana, ao patrimônio, à integridade física e psicológica, aos direitos da pessoa humana. Não há controle nem mecanismos eficientes. Não há norma jurídica suficientemente severa para conter a violência.

A Corporação no combate à criminalidade tem empregado todas as suas energias e envidado todos os seus esforços. Não tem conhecido limites, exceto a norma jurídica.

Integrada à comunidade, torna-se a Polícia Militar um desaguadouro dos anseios e aspirações, das frustrações do meio social, acentuando sua importância junto à comunidade devido à profunda participação no contexto social.

Portanto, a Corporação é uma componente social, responsável pela segurança pública da comunidade à qual faz parte, e sua atividade primordial é proteger, socorrer e reconduzir à tranqüilidade, impedindo que haja o surgimento de conflito e tendo como propósito final alcançar e manter o estado ideal de tranqüilidade pública.

A Corporação, na conjuntura atual de transformações profundas, para consecução de seus objetivos, sensibiliza ou procura sensibilizar governantes e governados, assume uma posição coerente, moderna e analítica dos anseios e aspirações dos diversos segmentos sociais.

Permanece, no entanto, a necessidade de auscultar, efetivamente, os interesses daqueles que usufruem de sua proteção, a partir do momento que busca suporte para suas ações, criando clima adequado a um ambiente de segurança e tranqüilidade, capaz de preencher os espaços ocupados pela perniciosa síndrome

da insegurança, consolidando apoio e colaboração solidários da comunidade, imprescindíveis aos seus atos e ações.

É preciso que o hoje inseguro cidadão sinta presente a ação da Corporação; que seja informado permanente e oportunamente sobre o trabalho que se desenvolve; que participe efetivamente dos problemas que lhe dizem respeito e das formas de solucioná-los.

A Corporação terá assim ocupado os espaços, somando compreensão e aceitação, além da co-responsabilidade do cidadão.

Em função do maior ou menor grau de informações e da necessária participação comunitária, estará compreendida a confiança e a solidariedade para com os objetivos da instituição Policial-Militar.

Ocorre mais uma vez a preocupação com a incessante atividade que a Corporação desenvolve, da constante busca de aperfeiçoamento de suas ações, de sua relevante posição social, e do grau de modernização e desempenho atingidos, direcionados em função da qualidade de seu trabalho.

É preciso somar a esses componentes a participação da comunidade na identificação correta de seus anseios e aspirações de suas necessidades e frustrações, do juízo do valor social que se faz da Corporação, da imagem real da instituição perante todos os segmentos sociais.

Há que se questionar, portanto, a participação da comunidade no esforço da Corporação no combate à criminalidade, a partir do fato de que a legitimação das ações da Polícia Militar tem suporte no público usuário, no caso, toda a comunidade.

Desperta-se, também, quanto à observação de que a eficiência e a eficácia das ações da Polícia Militar estão em função de a comunidade legitimar seus atos, no trabalho de segurança pública.

Portanto, alinham-se os propósitos ao buscar resposta para o seguinte aspecto:

A legitimidade das ações policiais está em função direta do atendimento aos anseios e aspirações de segurança da comunidade?

Evidenciou-se que cada segmento social organiza sua participação nos destinos do grupo, co-participando, influenciando e co-responsabilizando-se para atingir o bem-estar social. A eficiência e a eficácia da Corporação não se desenvolvem apenas no que se refere aos aspectos internos de aperfeiçoamento dos seus quadros de pessoal, no melhor recrutamento, no preparo e na formação do homem,



enfim, em todo esse esforço interno visando proporcionar o máximo de condições profissionais aos seus integrantes, para alcançar-se a tranqüilidade pública, mas também, e, sobretudo, na superação dos obstáculos que visem atender às necessidades de segurança da comunidade, diminuindo tensões e pressões sociais, proporcionando o completamento do vazio da insegurança latente no cidadão, criando clima propício à paz e à tranqüilidade pública.

Clareia-se, assim, a essência da preocupação:

A Polícia Militar é percebida como uma instituição que proporciona, efetivamente, segurança ao cidadão, criando um clima de tranqüilidade pública através de suas ações de policiamento ostensivo, ou a insegurança permanece latente na rotina diária das pessoas? e por que persiste a insegurança se a comparação exaure ao máximo seus esforços para proporcionar segurança?

Mais ainda, questiona-se:

Qual a imagem real da corporação perante a comunidade? Seu trabalho é reconhecido, seus esforços são proclamados?

Sabe-se que os acontecimentos têm sempre causa.

O ambiente de segurança que se instaurou e se mantém em nosso Estado tem causas variadas. Uma delas é, sem dúvida, a presença da Polícia Militar do Paraná, instituição permanente, que deixando suas raízes nas mais remotas eras coloniais manteve, ao correr dos séculos, intactas suas características de Polícia de Manutenção da Ordem Pública, com larga atuação em todo o Estado.

As razões de sua perenidade devem ser buscadas na fidelidade à sua destinação legal e no zelo heróico com que anelou por atingir, ao longo dos séculos, os objetivos finalísticos, definidos como aspirações e interesses supremos que constituem a razão de ser da instituição.

Não é difícil deduzir esses objetivos permanentes, de vez que a nossa história é plena de fatos que os evidenciam.

A sua enumeração é quase uma redundância, pois, o seu valor é grande demais para que não os decline de cor. Ainda assim, é bom expô-los:

1) Exercício da Manutenção da Ordem Pública, entendida como atividade pública civil de proteção e socorro;

2) Manutenção da estrutura militar, calcada na hierarquia e na disciplina, resultante de valores próprios, sedimentados em ética, pedagogia, ordenamento jurídico e técnica peculiares;

3) Preservação do passado heróico, como fonte de inspiração e base doutrinária;

4) Culto aos valores da nacionalidade e sintonia com suas aspirações de justiça, progresso, ordem, paz e liberdade;

5) Profissionalização;

6) Busca da eficiência e da eficácia;

7) Operacionalidade;

8) Moralidade, que nos leva, no âmbito interno, a jamais transigir com o mau profissional, a jamais compactuar com o erro fazendo prevalecer, acima de qualquer outro interesse, o dever policial-militar;

9) Desprendimento

10) Cultura e vigor "físico".

Constitui-se uma preocupação dos administradores públicos a adequação das atividades aos anseios e expectativas dos cidadãos, buscando a constante evolução em função do bem-estar social.

A consolidação da instituição policial-militar no seio social passa, efetivamente, pela opinião pública, que condiciona a sua eficiência e eficácia à multiplicidade de fatores que determinam o equilíbrio social, beneficiando a tranqüilidade e garantindo a permanência incólume da instituição. É preciso em efetivo conhecimento por parte da comunidade da dimensão dos obstáculos e problemas que envolvam as ações da Polícia Militar e, tal aspecto, deve estar contido nos planejamentos das atividades da Corporação, condicionando o conhecimento e a difusão dessas atividades e seus resultados à uma visão sistêmica da Corporação.

Os objetivos finalísticos da Corporação devem retratar a manifestação da coletividade, indo de encontro aos seus interesses, evitando-se distorções que incompatibilizem e tornam inócuo o trabalho em favor da comunidade.

As respostas às indagações proporcionam uma visão real da imagem da Corporação, colocando em destaque seus componentes.

Admite-se que, de início, não se tinha a certeza de pertinência do objetivo e de como atingi-lo, até que, delineado, revelou-se preocupante, pelo vazio existente, evidenciado pela ausência de pesquisa na área, aumentando ainda mais a importância e a necessidade de bem definí-lo e concluí-lo, não só por ser um estudo

precursor, mas também pelo impacto que poderá ter nas políticas futuras da Corporação.

É fundamental a importância do esforço para a análise da instituição como órgão responsável pela Manutenção da Ordem Pública e seu relacionamento com a comunidade que serve, pois, do vértice polícia-sociedade se originam múltiplos aspectos, por si só complexos, que compõem a imagem da Corporação e dão suporte às suas ações.

Em políticas do Comandante Geral PMMG diagnósticos, pressupostos, diretrizes, se tem:

Não se entende, pois, que a Polícia Militar não busque uma maior integração com a comunidade, junto à qual deve criar um ambiente de segurança e tranquilidade, capaz de satisfazer a necessidade que ela tem e proteção e socorro. (O Alferes, n° 9, 1986, p. 46)

O estudo exploratório se constitui em mais um esforço somado ao trabalho que a Corporação desenvolve visando a melhor prestação de serviço, para atendimento aos objetivos finalísticos de sua existência.

Sendo exploratório, o estudo impede grandes possibilidades de generalização das conclusões para outras populações. Ademais, não permite inferências que seriam exigíveis sob o ponto de vista metodológico. A opção que se faz no uso do questionário-padrão, no entanto, minimiza um pouco essa fragilidade, na medida em que permite a comparabilidade das respostas e a padronização da análise.

Por ser exploratório, preliminar, constitui-se um primeiro passo, na identificação das necessidades da comunidade quanto a segurança pública, sua sensibilização para a participação na solução dos problemas. Mesmo não permitindo conclusões definitivas, busca uma identificação de imagem da Corporação, conveniente para o estabelecimento de ações posteriores.

No decorrer da pesquisa, transpareceu a preocupação de avaliar os condicionantes subjetivos da ação da Corporação junto à comunidade, nos seus aspectos individuais e coletivos e a influência desses fatores na eficiência e na eficácia da ação policial.

Sabe-se, que no desempenho diário do trabalho de segurança, a Polícia Militar tem se preocupado fundamentalmente com o aspecto objetivo da ação

policial, inibindo a vontade e criando obstáculos às oportunidades de se delinquir, bem como, reprimindo e coibindo o cometimento de crimes.

Sabe-se, ainda, da impossibilidade atual da ação harmônica dos diversos órgãos do sistema de defesa social, dificultando a identificação de causas e efeitos da criminalidade.

Problemas sociais e econômicos de toda ordem recrudesceram nas duas últimas décadas, elevando os índices de criminalidade, principalmente nos grandes centros, onde se manifestam com mais intensidade.

No bojo dos problemas avultados, emergiram algumas prováveis causas: a migração interna; a proliferação dos bolsões de vícios; o desemprego; o uso dos tóxicos; a superpopulação das grandes metrópoles; a inversão dos valores sociais e, preponderantemente, a deficiência generalizada dos órgãos de defesa social.

Como prováveis efeitos ou conseqüências se vêem a figura do menor carente, o favelado, a vadiagem, a prostituição infantil, a corrupção e o crime.

Tais fenômenos provocaram uma gama enorme de questões de ordem social, pressões e tensões na faixa da segurança pública, que se agravam e ampliam as taxas de comportamentos desviados.

As instituições, às quais compete o controle social, estão afetadas e debilitadas pelas crises decorrentes das grandes transformações sociais, e, além disso, os poderes normativos estão restritos. Há uma forte tendência ao aumento sempre crescente do número de transgressões às normas sociais.

## 5 DOUTRINA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

### 5.1 OBSTÁCULOS PARA IMPLANTAÇÃO

BONDARUK E SOUZA, (2003, p.45 à 46), trazem alguns dos obstáculos comuns observados durante a implantação de um projeto de Polícia Comunitária, sendo eles os seguintes:

- Risco de externalidades organizacionais: influências externas ao trabalho da polícia fazem com que decisões técnicas dêem lugar a decisões baseadas em interesses externos ao serviço policial, principalmente de caráter político;

- Polícia e segurança: questão eleitoral. Como tradição cultural, a questão de segurança pública é tratada muitas vezes de forma a meramente angariar votos para determinado partido ou candidato, do que decorrem sistemas absolutamente inócuos para a segurança pública, servindo estes apenas para o aproveitamento eleitoral de alguns setores políticos.

- Descrédito da população no sistema policial como um todo: por ser a face mais visível do Estado, a polícia enfrenta o problema de ser responsabilizadas pela maioria dos problemas que afetam a Nação, mesmo que tais problemas não sejam especificamente de Segurança Pública. Assim a deficiência não só da própria Polícia mas do Poder Judiciário, do Sistema Prisional, do planejamento governamental, entre outros acaba sendo imputada à primeira, o que faz com que a comunidade tenha muita resistência em colaborar na solução dos problemas; também a seqüência histórica de sistemas de policiamento "de fachada", freqüentemente surgidos em épocas de campanhas eleitorais, impostos à Polícia Militar por altos escalões de governo, os quais visavam obter um alto índice de credibilidade da população em pouco tempo, sem que a sua manutenção por período mais prolongado fosse viável, posto que foram concebidos de forma imaginária, num plano perfeito, mas muitos distantes da realidade, por engenheiros, arquitetos, nunca por policiais, acabaram em retumbante fracasso, aumentando os índices de criminalidade ao invés de reduzi-los e deprimindo a imagem da polícia e do próprio governo;

- A tradicional cultura do povo brasileiro de se envolver na solução de problemas apenas quando em grave crise, fazendo com que seja difícil se obter

apoio e iniciativas individuais da comunidade para a resolução de tais problemas, bem como a súbita e inadvertida retirada de apoio, sempre que a situação melhora.

- Também faz parte da cultura do povo brasileiro pedir apoio da polícia para todo e qualquer tipo de problema, sem antes tentar resolvê-lo de outra forma, o que produz uma sobrecarga de trabalho ao serviço policial, que envolvido com problemas menores (transporte de parturientes, transporte de doentes em emergência entre outros) acaba por vezes deixando de atender ocorrências que realmente necessitam de intervenção policial.

- Difusão de mitos na população e na própria polícia que dificultam a mudança cultural e reduzem a eficiência do serviço policial, geram descontentamento entre os usuários do sistema e desmotivação para o policial, trazem graves prejuízos à relação custo-benefício de investimentos feitos na área de Segurança Pública, entre outros. Entre tais mitos destacamos:

- "A polícia dos números": há uma tendência de que a polícia tenha como referencial de produtividade apenas altos números de ações realizadas: número de pessoas presas, número de operações realizadas, número de veículos vistoriados, enquanto ficam em segundo plano avaliações sobre a redução ou não de índices de violência e criminalidade;

- "A função da polícia é prender bandidos", "bandido bom é bandido morto": há uma impressão de que a polícia deve exclusivamente agir de forma repressiva e de que quanto mais ela prende ou mata, tanto mais está sendo eficiente. Assim se dará ênfase as unidades especializadas (como RONE, ROTA, COE, GATE) as quais são eminentemente repressivas e se dará menos suporte às unidades de área e ações preventivas;

- "Os direitos humanos atrapalham o trabalho da polícia": há uma sensação de que a valorização dos direitos humanos reduz o poder da polícia ou a torna menos eficiente;

- "Política de segurança = efetivo, viatura, armamento e munição": a percepção de que para resolver os problemas de Segurança Pública basta apenas comprar mais viaturas armamento e munição e contratar mais policiais, que todo o restante se resolverá por decorrência disto.

## 5.2 POLÍCIA COMUNITÁRIA E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: QUAL A DIFERENÇA?

A confusão existente entre os termos polícia comunitária e policiamento comunitário faz com se pense serem ambos sinônimos e poderem ser trocados indistintamente um pelo outro. E isto é, na verdade, uma grande impropriedade técnica porque embora estejam intimamente relacionados, há distinções marcantes entre ambos.

## 5.3 POLÍCIA COMUNITÁRIA

A atividade de Polícia Comunitária é um conceito amplo que abrange todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, as quais devem ser praticadas por órgão governamentais ou não. A Polícia Comunitária envolve a participação das seis grandes forças da sociedade, freqüentemente chamadas de "os seis grandes". São eles a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia.

## 5.4 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

É uma atividade específica da polícia, compreendendo todas as ações policiais decorrentes desta estratégia. Deste conceito decorrem os princípios do policiamento comunitário, descritos a seguir:

- Filosofia e estratégia organizacional; O Policiamento Comunitário é ao mesmo tempo filosofia e uma estratégia organizacional que busca a participação da comunidade num trabalho conjunto com a polícia, na busca de soluções para os altos índices de criminalidade, contabilizados hoje;
- Comprometimento com a concessão de poder à comunidade ( "Não há cidadania sem participação"); A redução do medo do crime, a reversão da decadência da vida comunitária e da qualidade geral de vida no meio urbano, passam necessariamente por um trabalho conjunto, onde a

comunidade pode influenciar as políticas de Segurança Pública, a serem envidadas pelos órgãos policiais, deles recebendo a prestação de serviço na qualidade que o povo brasileiro merece;

- Policiamento descentralizado e personalizado; Através de um contato pessoal e direto do policial comunitário, diariamente com as pessoas da comunidade, é prestado um serviço personalizado e adaptado para a necessidade de cada cidadão que recorre ao serviço policial comunitário, sendo ali mesmo, de forma descentralizada do comando da Unidade Policial da área, decidida qual medida deve ser tomada para o atendimento requerido;
- Resolução preventiva de problemas a curto e a longo prazo; O trabalho do policial comunitário vai muito além do mero atendimento reativo de ocorrências policiais. Em seus contatos diários com a comunidade, com criatividade e ajuda desta mesma comunidade, o policial encontra soluções viáveis para problemas do dia-a-dia das pessoas, mesmo que não sejam estes necessariamente problemas policiais, mas que em muitas vezes viriam a ser, reduzindo ou eliminando no curto e no longo prazo as conseqüências de tais problemas;
- Ética, legalidade, responsabilidade e confiança; O policiamento comunitário se apóia numa relação de confiança estabelecida e fortalecida aos poucos entre povo e polícia. Também a fixação do policial a um determinado espaço geográfico fará com que atitudes ilegais ou arbitrarias não sejam por ele praticadas posto que é conhecido de todos, o que reforça a importância da atuação do policial de Unidade de Área sobre o policial de Unidade Especializada, que anônimo e desconectado dos problemas daquela comunidade, não terá o mesmo cuidado no atendimento de ocorrências policiais. Isto despertará no policial comunitário cada vez mais um sentimento de respeito à Ética do serviço policial. Da mesma forma os integrantes da comunidade, principalmente jovens, por quem o Policiamento Comunitário tem especial atenção, se sentirão induzidos a proceder com responsabilidade dentro da legalidade posto que são conhecidos pessoalmente pelo policial;



- Extensão do mandato policial; O policial comunitário extrapola a sua função predominantemente reativa, atuando mais preventivamente. A reatividade e a força repressiva de qualquer policial permanecem no policial comunitário, posto que são indispensáveis, mas estas deixam de ser a tônica da vivência profissional policial-militar;
- Ajuda para as pessoas com necessidades específicas; O Policiamento Comunitário amplia as relações polícia-comunidade, passando a atuar na solução de problemas que vão desde o aconselhamento e resolução de conflitos interpessoais, até atuações na área de assistência social, no amparo daqueles mais necessitados como jovens em conflito, velhos, pobres, deficientes, sem teto, valorizando a o respeito à vida daquelas pessoas mais vulneráveis e menos assistidas dentro do tecido social;
- Criatividade e apoios básicos; Sem esquecer os benefícios da tecnologia, o Policiamento Comunitário tenta apresentar formas simples e criativas de ajuda para a solução de problemas que preocupam as pessoas da comunidade;
- Mudança interna; A implantação desta filosofia de policiamento envolve o engajamento de todo o sistema de Segurança Pública exigindo mudanças na forma de encarar o papel da polícia dentro da comunidade. Sem negar os benefícios do trabalho feito até agora pelas Corporações envolvidas, busca-se atrair e convencer seus integrantes de que uma nova e revitalizada estratégia de atendimento à comunidade urge ser implementada;
- Construção do futuro; A valorização do sentimento de comunidade, a forma simples e criativa para a resolução de problemas comunitários, a relação de confiança estabelecida entre povo e polícia e principalmente a assunção definitiva da comunidade em seu posto de coadjutor nas questões de Segurança Pública apontam para a esperança de um futuro melhor para todos. SENASP (2007, p. 46)

#### 5.5 ASPECTOS A SEREM ATINGIDOS:

- **Presença real do policiamento ostensivo**

Como fator inibidor de vontades-delinquência, o melhor patrulhamento executado é o a pé, de motocicleta ou bicicleta - "Ver e ser visto".

- **Decisão conjunta**

Da PM e dos moradores sobre os locais e horários de real necessidade dessa presença; para tanto, o Comandante deverá reunir-se, no mínimo, uma vez por mês com as lideranças do bairro e discutir os problemas.

- **Base física como suporte do policiamento comunitário**

O Posto de Policiamento Ostensivo (PPO) torna-se o centro de recebimento de moradores do bairro; os policiais comunitários com os moradores, passam a vivenciar os mesmos problemas.

Convivendo, passam a resolver juntos os problemas de Defesa Social.

Ao mesmo tempo, o PPO torna-se um referencial - centro irradiador de recursos, pelo patrulhamento.

Uma das vantagens do policiamento comunitário é que os moradores não precisam mais sair do bairro para tentar resolver problemas de segurança. O PPO tem um comandante. Passa a existir alguém para discutir os problemas no próprio bairro.

- **Nova atitude social**

Permanentemente deve-se conscientizar os policiais comunitários e os moradores do bairro, para que busquem a soma de esforços, para a mesma finalidade que é a prevenção.

O Policiamento Comunitário é mais preventivo e educativo. Pessoas educadas são amigas da Lei e da Ordem.

- **Compromisso com o bairro**

Os PM são patrulheiros comunitários do bairro e não "plantões" ou protetores das instalações do "quartel".

- **Proteção ao inocente**

Antes da prisão do culpado. As prisões de nosso Estado estão abarrotadas. O Judiciário não consegue julgar todos os delinquentes. Delegados não conseguem apurar todos os crimes. A ocorrência de um crime custa muito caro. Evitar crimes é mais barato do que prender o criminoso.

- **Procedimentos preventivos e não repressivos no bairro**

Policial comunitário não deve participar de "batidas-policiais" e de "Blitz", tal como se fossem dois pratos de uma mesma balança, na medida em que se treinam homens para enxergar a "cidadania" das pessoas, não é possível treiná-los para enxergar somente a "delinqüência" ou "marginalidade" das pessoas.

O rastreador das "batidas" e das "Blitz" está essencialmente voltado para a "pronta restauração" que implica em abordagens, imobilização, identificação, buscas, apreensões e prisões - retirando-se em seguida, sem maiores explicações.

Tais procedimentos, opostos, devem ser mantidos em pessoas diferentes.

- **Compromisso com o momento presente**

A sociedade pode tornar-se melhor aqui e agora. Depende de todos.

O "policiamento comunitário", como prática, é ainda obra incompleta e de curta experiência. Como idéia, porém, sintetiza a essência da missão da Polícia Militar.

## 5.6 COMPARAÇÃO ENTRE O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E O POLICIAMENTO TRADICIONAL

<b>Ação PM</b>	<b>Policiamento Tradicional</b>	<b>Policiamento Comunitário</b>
Bairros de atuação	Vários	Sempre no mesmo
Conhecimento do PM	Policial é anônimo	Policial conhecido
Participação da comunidade	Baixo grau	Alto grau
Prevenção	Polícia reativa	Polícia proativa
Poder de decisão	Policial é mero executor	Policial é o chefe local
Iniciativa de ações	Centralizada	Descentralizada
Unidades PM de ênfase	Unidades especializadas	Unidades de área
Motivação policial	Menor nível	Maior nível
Tipo de autoridade	Imposta	Cooperação e criatividade
Coleta de informações	Tipo alcagüetes	Tipo cidadãos engajados
Tipo de policiamento	Intimidação	Laços de confiança
Atendimento de ocorrência	Após ocorrida	Solução dos problemas pela integração ativa
Estatística	Generalização de números	Qualidade e resultados
Necessidades	Indicadas pela polícia	Indicadas pela comunidade
Redução do crime	Carência	Redução do medo do crime

Fonte: BONDARUK E SOUZA, (2003, p. 54)

## 5.7 OS NOVE “P” DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Pela filosofia do policiamento comunitário o mesmo policial patrulha e trabalha em uma mesma base, fazendo parceria com os cidadãos da comunidade com finalidades preventivas para resolver os problemas levantados. O presente molde de policiamento tem as seguintes características obrigatórias elencadas abaixo.

**Filosofia:** (no texto original em inglês, esta palavra Philosophy, começa com “p”) É uma filosofia que faz todos acreditarem que os problemas atuais podem ser combatidos em comunidade, através da união por um ideal comum, fazendo a polícia um atendimento completo desde a prevenção até as reuniões e decisões comunitárias. A polícia atua nas prioridades que a comunidade indica.

**Personalização:** O policial que trabalha na comunidade é exclusivo, com isso ele passa a conhecer os membros da comunidade e principalmente a ser conhecido.

**Policiamento:** O policiamento comunitário tem como base a repressão aos delitos, pois os policiais atuam como qualquer outro policial, atendendo as ocorrências e fazendo as detenções, trabalhando para a resolução do problema e esclarecimento do delito.

**Patrulhamento:** O patrulhamento é feito em todo o bairro, com enfoque nos serviços de policiamento a pé e outros meios que dão mais contato pessoal e induzem ao diálogo com a comunidade..

**Permanência:** O policiamento comunitário necessita que os policiais cumpram rondas em determinados horários, desenvolvendo-se as visitas e parcerias com a comunidade. Não podendo ser os policiais substituídos aleatoriamente devem existir substitutos de confiança da comunidade local.

**Posto:** O bairro deve ser subdividido em postos a serem alocados os policiais com a finalidade de facilitar as rondas e objetivar uma maior cobertura do policial. Podendo o policial responsável pelo posto tomar as decisões que achar mais acertada em razão do conhecimento das características do local, garantindo assim a sua autonomia local.

**Prevenção:** O policiamento comunitário traz respostas preventivas, pois equilibra as respostas aos incidentes criminais e às emergências, prevenindo as ocorrências antes que elas se consagrem.

**Parceria:** O policiamento comunitário cria parcerias que geram e intensificam o respeito mútuo, no civismo e no apoio.

**Resolução de problemas:** O policiamento comunitário tem como finalidade a resolução dos problemas que a comunidade apresentar, a qualidade baseia-se na quantidade de problemas solucionados. O policiamento tem que ter quantidade de serviço e principalmente com qualidade.

## 5.8 O QUE NÃO É POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

Robert Trojanowicz no livro "Policiamento Comunitário: Como Começar" apresenta o que não é Policiamento Comunitário (TROJANOWICZ, 1999, p. 15 a 22):

1. Policiamento Comunitário não é uma tática, nem um programa e nem uma técnica - não é um esforço limitado para ser tentado e depois abandonado, e sim um novo modo de oferecer o serviço policial à comunidade;

2. Policiamento Comunitário não é apenas relações públicas - a melhoria das relações com a comunidade é necessária porém não é o objetivo principal, pois apenas o "QSA" não é suficiente para demonstrar a comunidade seriedade, técnica e profissionalismo. Com o tempo os interesseiros ou os "QSA 5" são desmascarados e passam a ser criticados fortemente pela sociedade. É preciso, portanto, ser honesto, transparente e sincero nos seus atos.

3. Policiamento Comunitário não é anti-tecnologia - o policiamento comunitário pode se beneficiar de novas tecnologias que podem auxiliar a melhora do serviço e a segurança dos policiais. Computadores, celulares, sistemas de monitoramento, veículos com computadores, além de armamento moderno (inclusive não letal) e coletes protetores fazem parte da relação de equipamentos disponíveis e utilizáveis pelo policial comunitário. Aquela idéia do policial comunitário "desarmado" é pura mentira, pois até no Japão e Canadá os policiais andam armados com equipamentos de ponta. No caso brasileiro a nossa tecnologia muitas vezes é adaptada, ou seja, trabalhos muito mais com criatividade do que com tecnologia. Isto com certeza favorece o reconhecimento da comunidade local.

4. Policiamento Comunitário não é condescendente com o Crime - os policiais comunitários respondem às chamadas e fazem prisões como quaisquer outros policiais: são enérgicos e agem dentro da lei com os marginais e os

agressores da sociedade. Contudo atuam próximos a sociedade orientando o cidadão de bem, os jovens, e buscam estabelecer ações preventivas que busquem melhorar a qualidade de vida no local onde trabalham. Parece utópico, mas inúmeros policiais já vem adotando o comportamento preventivo com resultados excepcionais. Outro ponto importante é que como está próximo da comunidade, o policial comunitário também é uma fonte de informações para a polícia de investigação (Polícia Civil) e para as forças táticas, quando forem necessárias ações repressivas ou de estabelecimento da ordem pública.

5. Policiamento Comunitário não é espalhafatoso e nem camisa "10" - as ações dramáticas narradas na mídia não podem fazer parte do dia a dia do policial comunitário. Ele deve ser humilde e sincero nos seus propósitos. Nada pode ser feito para aparecer ou se sobressair sobre seus colegas de profissão. Ao contrário, ele deve contribuir com o trabalho de seus companheiros, seja ele do motorizado, a pé, trânsito, bombeiro, civil, etc. O Policiamento Comunitário deve ser uma referência a todos, polícia ou comunidade. Afinal, ninguém gosta de ser tratado por um médico desconhecido, ou levar seu carro em um mecânico estranho.

6. Policiamento Comunitário não é paternalista - não privilegia os mais ricos ou os "mais amigos da polícia", mas procura dar um senso de justiça e transparência à ação policial. Nas situações impróprias deverá estar sempre ao lado da justiça, da lei e dos interesses da comunidade. Deve sempre priorizar o coletivo em detrimento dos interesses pessoais de alguns membros da comunidade local.

7. Policiamento Comunitário não é uma modalidade ou uma ação especializada isolada dentro da Instituição - os policiais comunitários não devem ser exceção dentro da OPM, mas integrados e participantes de todos os processos desenvolvidos na unidade. São parte sim de uma grande estratégia organizacional, sendo uma importante referência para todas as ações desenvolvidas pela Polícia Militar. O perfil desse profissional é também o de aproximação e paciência, com capacidade de ouvir, orientar e participar das decisões comunitárias, sem perder a qualidade de policial militar forjado para servir e proteger a sociedade.

8. Policiamento Comunitário não é uma Perfumaria - o policial comunitário lida com os principais problemas locais: drogas, roubos e crimes graves que afetam diretamente a sensação de segurança. Portanto seu principal papel, além de melhorar a imagem da polícia, é o de ser um interlocutor da solução de problemas, inclusive participando do encaminhamento de problemas que podem interferir

diretamente na melhoria do serviço policial (uma rua mal iluminada, horário de saída de estudantes diferenciado, etc).

9. Policiamento comunitário não pode ser um enfoque de cima para baixo - as iniciativas do policiamento comunitário começam com o policial de serviço: o soldado PM. Assim admite-se compartilhar poder e autoridade com o subordinado, pois no seu ambiente de trabalho e deve ser respeitado pela sua competência e conhecimento. Contudo o policial comunitário também adquire mais responsabilidade já que seus atos serão prestigiados ou cobrados pela comunidade e seus superiores

10. Policiamento Comunitário não é uma fórmula mágica ou panacéia - o policiamento comunitário não pode ser visto como a solução para os problemas de insegurança pública, mas uma forma de facilitar a aproximação da comunidade favorecendo a participação e demonstrando a sociedade que grande parte da solução dos problemas de insegurança dependem da própria sociedade. Sabe-se que a filosofia de Polícia Comunitária não pode ser imediatista, pois depende da reeducação da polícia e dos próprios cidadãos que devem ver a polícia como uma instituição que participa do dia a dia coletivo e não simples guardas patrimoniais ou "cães de guarda".

11. Policiamento Comunitário não deve favorecer ricos e poderosos - a participação social da polícia deve ser em qualquer nível social: os mais carentes, os mais humildes, que residem em periferia ou em áreas menos nobres. Talvez nestas localidades é que está o grande desafio da Polícia Comunitária. Com certeza os mais ricos e poderosos tem mais facilidade em ter segurança particular.

12. Policiamento Comunitário não é uma simples edificação - construir Bases Comunitárias de Segurança, reformar quartéis ou construir novos prédios não significa a implantação de Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária depende diretamente do profissional que acredita e pratica esta filosofia muitas vezes com recursos mínimos e em comunidades carentes.

13. Policiamento Comunitário não pode ser interpretado como um instrumento político-partidário mas uma estratégia da Corporação - muitos acham que acabou o Governo "acabou a moda", pois vem outro governante e cria outra coisa. Talvez isto seja próprio de organizações não tradicionais ou temporárias. Não é o caso da Polícia Militar que centenária sempre foi comunitária. A Polícia Comunitária além de filosofia é também um tipo de ideologia policial aplicada em

todo o mundo, inclusive em países pobres com características semelhantes às do Brasil. Portanto talvez seja uma roupagem para práticas positivas antigas: Sempre é lembrado do guarda da escola que atravessava escolares, o soldado da força pública que atendia ocorrências com prudência e energia e as "baratinhas" (os fusquinhas de radiopatrulha vermelhos) que faziam partos em viaturas e que muitos nascidos recebiam o nome dos policiais que socorreram aquelas mães em um momento tão sublime. Afinal, o que foi que esquecemos?

A natureza do policial sempre foi comunitária. Nascida ao início do século 20 com o objetivo de proteger o cidadão de bem dos malfeitores, anos depois, ao final deste mesmo século, se busca este retorno as origens.

## 5.9 A BASE TEÓRICA PARA O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Tem como base teórica as seguintes teorias trazidas por (TROJANOWICZ 1999, p. 23) :

a. A teoria do patrocínio normativo de Sower (SOWER, 1975).

A teoria do patrocínio normativo postula que a maioria das pessoas tem boa vontade e irão cooperar com as outras para facilitar a construção de um consenso. Quanto mais diversos grupos partilham valores, crenças, e objetivos comuns, mais provavelmente irão concordar a respeito dos objetivos comuns, quando interagem com propósito de melhorar os bairros.

b. A teoria social crítica de B. Fay (FAY, 1984).

A teoria social crítica procura responder como e porque as pessoas se juntam para corrigir e superar os obstáculos sócio-econômicos e políticos que os impedem de satisfazer suas necessidades. As três idéias centrais da teoria social crítica são:

**Esclarecimento.** As pessoas devem ser esclarecidas sobre as circunstâncias, antes de pleitear mudanças.

**Poder.** As pessoas precisam agir para melhorar suas condições.

**Emancipação.** As pessoas podem atingir a liberação através da reflexão e da ação social.

c. A teoria das "janelas quebradas"(BONDARUK,2003, p. 61):

A teoria das janelas quebradas, (broken windows) proposta por George Kelling e aplicada pela primeira vez no policiamento da cidade de Chicago (EUA), é



considerada uma evolução da Teoria da Tolerância Zero, onde a comunidade ao invés de buscar a repressão absoluta para todos os crimes, mesmo os de menor potencial ofensivo, procura detectar quais são os problemas e junto com a polícia buscar soluções para eles. Batizou-se esta teoria de janelas quebradas, para fazer-se uma comparação com a importância da imagem de decadência de um bairro para o maior número de ocorrências policiais. Quando num prédio surgem janelas quebradas e estas não são logo trocadas, brevemente outras janelas quebradas surgirão. Se tais janelas quebradas forem logo substituídas, a probabilidade de que se quebrem outras é muito menor. Esta comparação traz a idéia de que problemas sociais não resolvidos pela comunidade, embora pequenos a princípio, gerarão ocorrências policiais e os níveis de criminalidade crescerão.

d. Teoria da "Tolerância Zero"(BONDARUK,2003, p. 61 - 63):

A famosa Teoria da "Tolerância Zero", também proposta por George Kelling e implantada pelo Chefe de Polícia da cidade de Nova Iorque, William Bratton, chamada pelos críticos de "teoria da intolerância total", prega um fortalecimento de todo o sistema estatal de segurança pública, tendo como carro chefe a repressão a todo e qualquer ilícito, principalmente os de menor potencial ofensivo, de forma implacável. Isto é decorrente da chamada "teoria dos pequenos delitos", que afirma que, em se combatendo os pequenos delitos, os maiores deixarão de ocorrer ou terão uma diminuição drástica. Após vultosos investimentos na contratação de policiais (a força policial na cidade foi aumentada em cerca de 9.000 homens), aumento do número de prisões, juizes, promotores, houve realmente quedas acentuadas nos níveis de criminalidade na cidade.

É comum encontrar pessoas que questionam os órgãos de segurança pública brasileiros a respeito do porque não se faz o mesmo no Brasil. As inconveniências da implantação deste sistema no Brasil, que nem mesmo nos EUA foi repetido em outros lugares, se deve aos diversos fatores, a saber:

a) O investimento necessário para o aporte de recursos necessários neste nível, não condiz com a realidade brasileira, mesmo que houvesse pelos órgãos governamentais a devida sensibilidade para a questão da segurança pública como tradição histórica, o que não ocorre, sendo a atenção dada atualmente decorrente da pressão social que se exerce no momento e não de um planejamento orçamentário adequado;

- b) O sistema policial e judiciário americanos, já era dotado de uma razoável estrutura, tendo sido aumentado o seu potencial. No Brasil tais sistemas necessitariam primeiramente serem recompostos, posto que estão defasados, sucateados e desestruturados em níveis alarmantes, o que aumentaria em muito as cifras de tal cálculo;
- c) Paralelamente ao aporte de recursos para a polícia, outros setores que participam do ciclo de defesa social, receberam no EUA também um incremento altíssimo;
- d) Os problemas sociais brasileiros, muito mais profundos e generalizados, produzem índices de criminalidade muito maiores, devido à carência de uma faixa muito maior da população na obtenção dos itens básicos de subsistência (alimento, moradia, saúde, educação, etc), o que faria com que o problema não fosse resolvido, mas apenas se tornasse menos aparente, gerando um aumento nos grandes conflitos sociais, como no caso da questão agrária, no caso dos sem-tetos, no êxodo rural e etc, elevando-se em muito a tensão social vivida no País, entre outras;
- e) O chamado "efeito de transbordamento", que vem a ser a migração de criminosos da área de policiamento intensificado para áreas ou cidades periféricas, como aconteceu nos EUA, onde ocorreram explosões nos índices de criminalidade nas cidades periféricas a Nova Iorque, seria um problema de difícil solução, posto que dificilmente o país teria recursos para que em todas as cidades do país se fizesse o mesmo programa, o que nem os EUA foi capaz de fazer;
- f) Testemunhos de policiais e especialistas americanos afirmam que tal solução é temporária e que os níveis de criminalidade no futuro voltarão a crescer. (BONDARUK,2003, p. 62 - 63)

Por estas e por outras razões, observa-se que é muito melhor para o país uma solução adaptada à realidade brasileira do que meramente a importação e implantação de um projeto estrangeiro em sua totalidade, não se observando as grandes diferenças sociais e culturais existentes entre os países.

## 5.10 PROCESSOS RECOMENDADOS PARA O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Tendo em vista que o policiamento comunitário deve ter maior contato com a comunidade, alguns processos se destacam como eficientes para tal finalidade, os quais são (BONDARUK, 2003, p. 70 à 72):

- **A pé:** é o principal processo para o policiamento comunitário, pois facilitará as abordagens domiciliares, permite uma maximização do efetivo, é o menos custoso de todos os processos, permite um acesso fácil da população ao policial, permite quem ver e ser visto pela comunidade, gera uma presença mais demorada do policial no posto. Por outro lado apresenta algumas desvantagens, embora estas não sejam suficientes para desautorizar o policiamento a pé como principal processo: em caso de necessidade de ocorrências, transporte ou prisão de pessoas necessitará de apoio, deixa o policial exposto às condições climáticas, e as eventuais necessidades de cobertas ou abrigos e, utilizado exclusivamente durante muito tempo acaba por gerar a impressão de que este policial tem menos poder de repressão que outros policiais ou processos. Este último problema se resolve alternando o processo a pé com o motorizado (moto ou vtr) ou mesmo hipomóvel.

- **De bicicleta:** traz basicamente as mesmas vantagens e desvantagens do processo a pé, mas com a vantagem adicional de aumentar muito a mobilidade do policial, podendo também ser a bicicleta usada como instrumento de defesa, quando necessário o uso de abordagens coercitivas. Este processo é muito utilizado por policiais do Japão, da Inglaterra e Canadá.

- **A cavalo:** é também um excelente processo tendo como vantagens a grande ostensividade do policial hipomóvel, causa maior impacto psicológico, o domínio visual da área circundante que fica aumentado pelo fato de o policial ficar em plano elevado (comandando), maior rapidez de deslocamento e mobilidade, sem maior desgaste físico para o policial, bem como a velocidade de deslocamento (nas andaduras ao passo e trote) faz com que sua presença seja mais demorada no posto e possa ser facilmente abordado pelo cidadão. Traz como desvantagem basicamente as mesmas do policiamento a pé, apenas acrescentando-se que o policiamento deverá ser feito em duplas ou trios onde em caso de abordagens, um policial deverá segurar as montarias. Apesar disso o processo montado é de grande valia para o policiamento comunitário.

- **Motorizado:** é também um excelente processo, desde que observados alguns aspectos básicos: pelo fato de dificultar as abordagens domiciliares deverá ter seu uso limitado a deslocamentos entre a sede e o posto ou entre diferentes pontos dentro do próprio posto, a não ser quando se adotar o sistema de atendimento de ocorrências via 190 que aconteçam dentro dos limites do posto. De resto, comparando com os demais processos, traz como vantagem o fato de que aumenta em muito a mobilidade e velocidade de deslocamento do policial, serve como coberta ou abrigo, permite o transporte de detidos, pessoas ou materiais, aumenta em muito a ostensividade e o impacto psicológico. Traz como desvantagens além da já citada acima, o alto custo de aquisição e manutenção.

## 5.11 OS 5 PONTOS DE PARTIDA:

Pensando-se em implantação do policiamento comunitário, e em seu sucesso, deve-se atentar para cinco pontos básicos de partida: (BONDARUK, 2003, p. 72)

a. não há solução para o crime - só há controle

Dada a atual complexidade da situação social no Brasil e no mundo, soluções definitivas e que eliminem totalmente a incidência criminal são consideradas impossíveis.

b. sem história não há futuro

Qualquer sistema que se pretenda aplicar com a mínima possibilidade de eficiência na melhoria das condições da segurança pública passa obrigatoriamente pela análise dos fatos históricos que geraram, o atual estado de coisas, notadamente as falhas dos sistemas aplicados anteriormente, onde se pode inferir uma gama de informações valiosas para o aperfeiçoamento de qualquer sistema de segurança a ser implantando.

c. as coisas mudam

As transformações cada vez mais rápidas que ocorrem em nível mundial, determinam concomitantemente o acompanhamento pelos organismos policiais com inovações no sistema de segurança pública que contemplem com eficiência os efeitos de tais transformações.

d. o problema é nosso;

Na atual conjuntura todo o integrante de uma sociedade é chamado a exercer sua função como parte integrante de qualquer sistema que pretenda a alteração positiva da realidade social desta mesma sociedade.

A auto-exclusão de qualquer responsabilidade pelo estado de coisas vivenciados no Brasil atualmente, característica psicossocial do cidadão brasileiro padrão deve ser revertido em uma firme resolução de participar ativamente na melhoria da qualidade de vida em comunidade.

e. o plano não é nada - o planejamento é tudo.

A história tem mostrado planos mirabolantes que propunham a solução imediata de questões graves dos problemas brasileiros redundaram em fracassos, agravando o problema a que se propunham resolver, diminuíram a credibilidade do poder público e o engajamento da população em empreitadas para a solução de tais problemas. Um planejamento esmerado, que acima de tudo envolva a participação popular será muito mais eficiente que tais planos.

## 5.12 POLÍCIA COMUNITÁRIA DO 19º.BPM

A polícia comunitária de Toledo-PR/19º. BPM foi implantada em 2005, tão logo a criação do batalhão.

Os locais escolhidos para atuação foram os bairros VILA PIONEIRA em 31 agosto de 2005, bairro São Francisco, em 04 de maio de 2007 e bairro Coopagro em 04 de maio de 2007.

Atualmente só possui equipes para atender as duas viaturas em revezamento diário nos bairros, um cada dia.

A população global de responsabilidade dos projetos é de aproximadamente 32.000 Habitantes na Vila Pioneira e seus oito bairros adjacentes, contando-se com público residente e população flutuante, sendo aproximadamente 9.000 residências

Possui previsão de implantação do projeto no Bairro Jardim Porto Alegre, estando no aguardo da incorporação de efetivo na OPM.

Atualmente a maior dificuldade para desenvolvimento do projeto é a deficiência de Efetivo, O previsto para OPM é suficiente apenas para 2 módulos de Projeto Povo, os quais ainda assim são precários pois as motocicletas dos projetos não circulam constantemente.

Com relação ao número de ocorrências, a região possui um histórico de elevado índice de ocorrências comparado ao total, sendo uma média mês de 70 a 100 ocorrências mês, seguindo-se a projeção da tabela abaixo:

**Tabela Comparativa de Ocorrências e Visitas nos Bairros de atuação dos Projetos POVO- 2006.**

<b>Ano de 2006</b>	<b>Bairro Grande Pioneiro</b>		<b>Bairro Coopagro Não Implantado</b>		<b>Bairro S. Francisco Não Implantado</b>	
	<b>Visitas</b>	<b>Ocor.</b>	<b>Visitas</b>	<b>Ocorr.</b>	<b>Visitas</b>	<b>Ocorr.</b>
Maio						
Junho						
Julho	81	63				
Agosto	140	235				
Setembro	0	189				
Outubro	16	150				
Novembro	32	27				
Dezembro	91	42				
<b>TOTAL</b>	<b>360</b>	<b>706</b>				
<b>Média</b>	<b>60/mes</b>	<b>117/mês</b>				

FONTE: 19 BPM - 1ª. Cia PM Toledo

**Tabela Comparativa de Ocorrências e Visitas nos Bairros de atuação dos Projetos POVO- 2007.**

<b>Ano de 2007</b>	Grande Pioneiro		Coopagro Implantado maio/-7		São Francisco Implantado Jun/07	
	<b>Visitas</b>	<b>Ocor.</b>	<b>Visitas</b>	<b>Ocorr.</b>	<b>Visitas</b>	<b>Ocorr.</b>
Janeiro	91	41				
Fevereiro	65	70				
Março	80	73				
Abril	65	70				
Maio	58	97	10	42		
Junho	41	59	39	47	41	59
Julho	50	47	32	38	0	12
Agosto	42	47	22	47	22	8
Setembro	26	86	10	36	18	20
Outubro	38	101	52	39	21	18
Novembro	66	66	30	23	23	14
Dezembro	04	63	0	33	3	19
<b>TOTAL</b>	<b>626</b>	<b>820</b>	<b>195</b>	<b>305</b>	<b>128</b>	<b>150</b>
<b>Média</b>	<b>55</b>	<b>68</b>	<b>24</b>	<b>38</b>	<b>18</b>	<b>21</b>

FONTE: 19 BPM - 1ª. Cia PM Toledo-

Possui grande concentração de pontos comerciais, mas na sua maioria residências de padrão baixo e médio.

#### **Ocorrências de Destaque**

No subsetor de atuação são identificados os principais tipos de ilícitos penais:

Vias de Fato; Rixa; Furtos; Roubos; Usuários de tóxico; Tráfico; Furto de veículos; Perturbação do Sossego; Ameaça; Lei Maria da Penha.

#### **Dos meios materiais**

Para implantação do projeto, foram recebidos do governo do Estado,

Na Vila Pioneira - 01(uma) VTR Parati e 02 (duas) motocicletas ;

No Bairro São Francisco 01(uma) VTR Parati e 02 (duas) motocicletas ;

No Bairro Coopagro 01(uma) VTR Parati e 02 (duas) motocicletas ;

Para Implantação no Jardim Porto Alegre, 01(uma) VTR CAnçu e 02 (duas) motocicletas ;

### **Dos recursos humanos**

Para a implantação, contou-se com o efetivo que atuava no policiamento de RPA da cidade de Toledo-PR, sendo o mesmo realocado para o atendimento do projeto, ficando o comando a cargo do Sub Cmt da 1ª. Cia PM, responsável pelo policiamento do Setor.

Conta com um total de 08 (oito) POLICIAIS, revezando-se em escalas de 24 horas de serviço, por 48 horas de folga, com escalas extras nos diversos eventos existentes não sendo possível um reforço no projeto.mas policiamento em atividades de escalas extras. No total um policial cumpre aproximadamente 54 (cinquenta e quatro) horas semanais de serviço.

Foram feitas instruções sobre a nova filosofia de policiamento, bem como treinamento do efetivo.

### **Forma de Atuação**

As viaturas do setor cumprem as escalas de ronda com as visitas, cumprindo uma média de 3 visitas por dia.

A mesma viatura de ronda faz o atendimento de ocorrências, sendo responsável pela mesma até o seu desfecho final.

As motocicletas atualmente não são utilizadas pelo projeto, ficando à disposição do efetivo administrativo e para as operações

### **Dificuldades e Problemas enfrentados**

Dentre os problemas para a boa prestação do serviço, destaca-se em primeiro lugar o baixo número de policiais,comparado ao número de ocorrências, pois, não se podem realizar escalas condizentes com as necessidades do serviço, atualmente o policial vem meramente cumprindo o serviço de ronda, não sobrando tempo para desenvolver as visitas a contento. Em caso de baixa de policial por motivo de doença fica desativado uma das modalidades de policiamento.

São apenas 04 (quatro) viaturas para 02 (duas) equipes de serviço gerando dificuldades quando se faz a manutenção preventiva ou e principalmente em casos de baixa mecânicas, visto que as manutenções são demoradas devido à baixa de recursos financeiros da OPM.

Faz-se necessário a digitação do boletim de ocorrência o que traz certa morosidade para o serviço, fazendo com que o policial passe grande parte do tempo na sede da OPM.

Treinamento e instrução do efetivo ficam prejudicados em razão de utilização em larga escala de serviço.

O efetivo é o mesmo utilizado para eventos gerais do batalhão, (policimento em futebol, operação verão, blitz, guarda de presos, etc), isto traz sérios transtornos para a escala de serviço, gerando algumas vezes, a baixa da equipe completa.



## **6 METODOLOGIA**

### **6.1 MÉTODO**

O método utilizado para o desenvolvimento do Trabalho Técnico- Científico, foi o hipotético indutivo-dedutivo com elaboração de questionários.

### **6.2 TIPO DE PESQUISA**

A pesquisa adotada foi a do tipo descritiva, documental, bibliográfica e de campo.

A pesquisa de natureza quantitativa, visando colher subsídios para necessidade da solução dos problemas apresentados de imagem da corporação foi realizada com o público externo.

### **6.3 POPULAÇÃO ALVO**

Pesquisa - abrangeu a população do município de Toledo-PR, nos bairros onde se encontra implantado o projeto POVO, dentre eles as pessoas ligadas a comunidade sendo presidentes das associações de bairros e presidente do conselho comunitário de segurança do município e membros da comunidade.

### **6.4 AMOSTRA**

Foi feito um questionário de campo do tipo misto, contendo 17 (dezessete) perguntas objetivas, distribuídos para 500 (quinhentas) pessoas das diferentes classes sociais nos bairros onde foi implantado o policiamento comunitário.

### **6.5 INSTRUMENTOS**

Distribuição de questionários pessoalmente em estabelecimentos de ensino, comerciais, residenciais e industriais:

Questionário misto com 17 (dezessete) perguntas, sendo:

Duas alternativas – 03 perguntas

Tres alternativas – 09 perguntas

Quatro alternativas – 03 perguntas

Cinco alternativas – 02 perguntas

## 6.6 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Os questionários foram entregues pessoalmente pelos Comandantes de Pelotões onde se encontra em atividade o serviço de Polícia Comunitária (POVO). Da mesma forma, recolhidos após o preenchimento pelos pesquisados.

## 7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

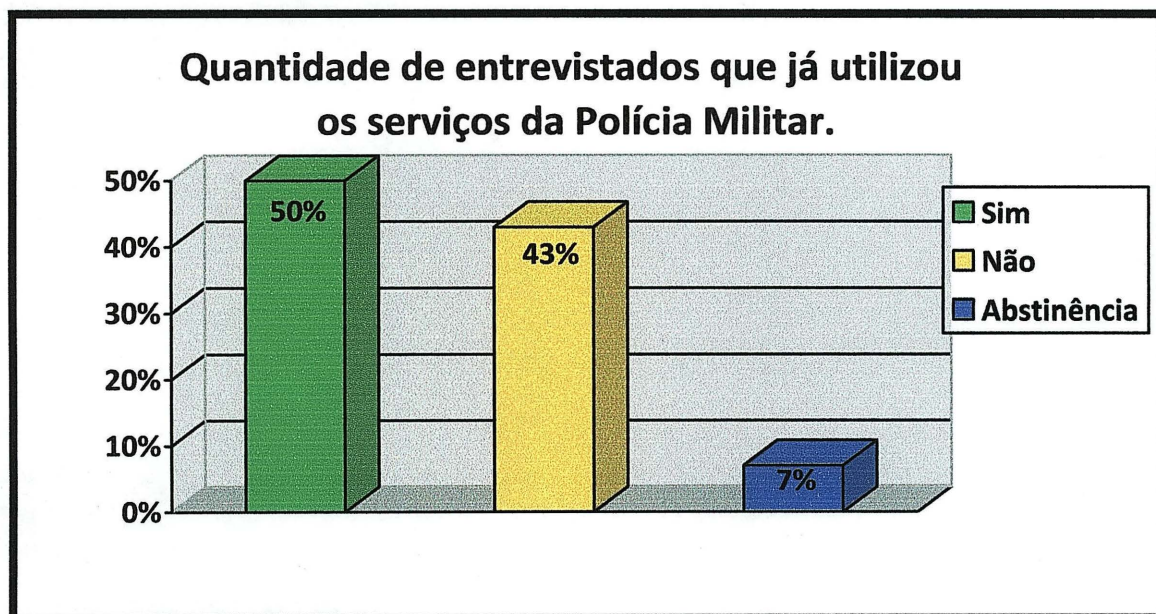
### 7.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Tabela 01- Utilização dos Serviços da Polícia Militar pelos Entrevistados

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Sim	250	50%
Não	215	43%
Abstinência	35	7%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 01- Quantidade de entrevistados que já utilizou os serviços da Polícia Militar.



Fonte: Pesquisa do autor

Esta pesquisa demonstra que a maioria do público entrevistado já teve contato direto com o policial militar, 50 % dos entrevistados já precisaram dos serviços da PM tendo contato direto com o policiamento e 43% nunca tiveram contato direto, conhecendo a PM apenas pelos comentários e por sua imagem difundida na mídia.

Tabela 02- Quantidade de entrevistados que conhece alguma pessoa que já tenha necessitado dos serviços da Polícia Militar

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Sim	445	89%
Não	55	11%
Abstinência	00	0%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 02- Entrevistados que conhecem pessoas que já necessitaram dos serviços da Polícia Militar.



Fonte: Pesquisa do autor

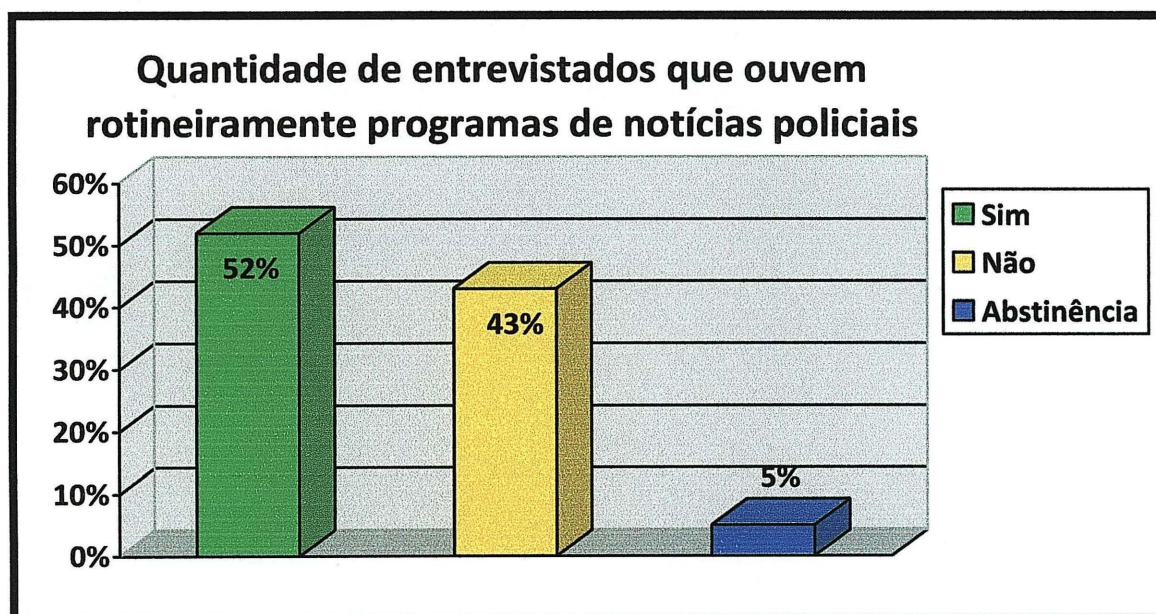
Verifica-se com a pesquisa acima descrita que 89% dos entrevistados conhecem pessoas que já necessitaram dos serviços da polícia militar e 11% não conhecem ninguém. Esta informação auxilia na validação dos demais dados referente ao conhecimento do trabalho realizado pela polícia militar.

Tabela 03 – Pessoas que ouvem programas policiais rotineiramente

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Sim	260	52%
Não	215	43%
Abstinência	25	5%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 03-Quantidade de entrevistados que ouvem rotineiramente programas de notícias policiais.



Fonte: Pesquisa do autor

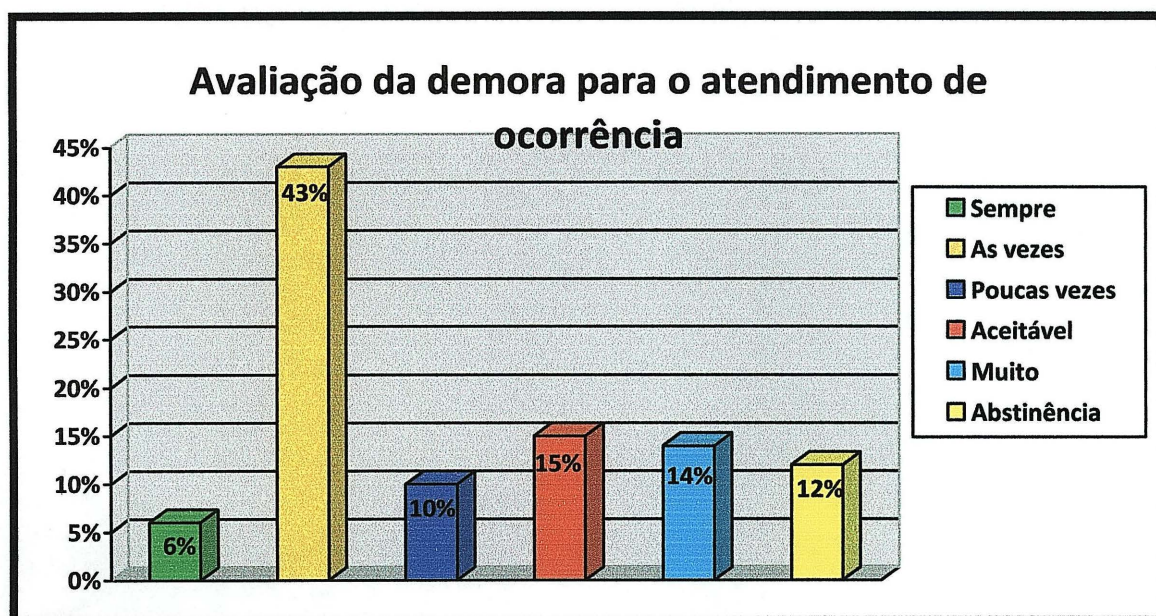
Esta pesquisa demonstra o conhecimento que o público entrevistado possui contato com os meios de imprensa que noticiam fatos policiais, portanto são influenciados por estas informações. A pesquisa apresentou que 52% dos entrevistados ouvem programas policiais rotineiramente contra 42% que não ouvem, um total de 5% absteve-se de responder o questionamento.

Tabela 04 – A polícia militar atende prontamente quando é solicitada?

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Sempre	30	6%
Na maioria das vezes	215	43%
Na minoria das vezes	50	10%
A demora é aceitável	75	15%
Demora muito	70	14%
Abstinência	60	12%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 04-



Fonte: Pesquisa do autor

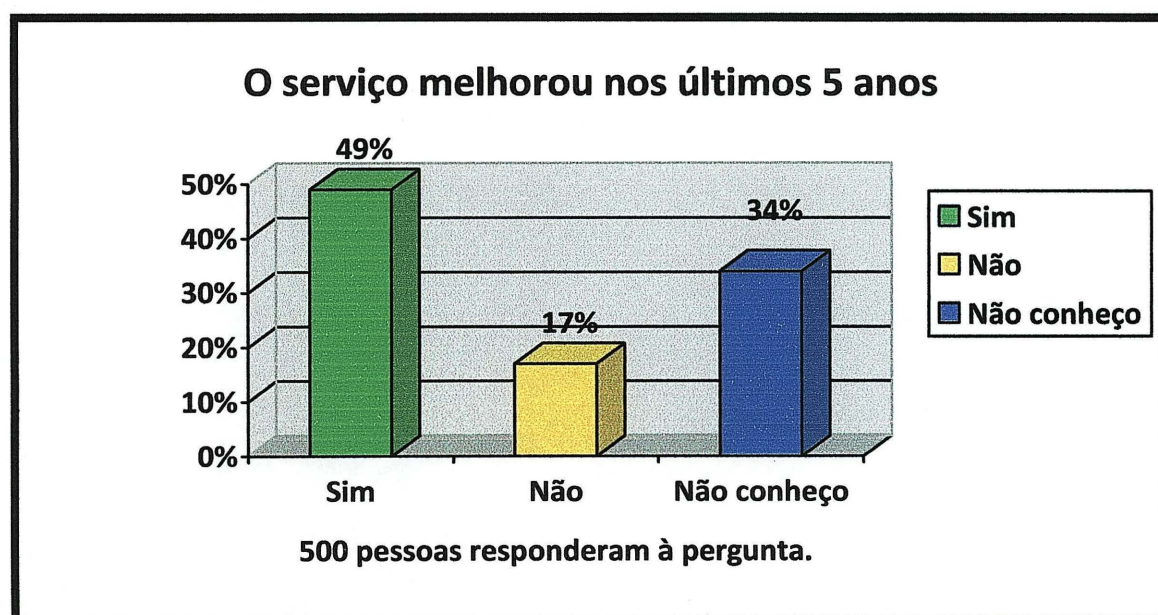
Esta pesquisa demonstra que a maior parte do público entrevistado tem como inaceitável a demora para o atendimento de ocorrência pela polícia militar, esclarecendo que apenas 15% considera aceitável, portanto justificável a demora do atendimento, apenas 10% dos entrevistados diz que a polícia militar poucas vezes demora no atendimento e ocorrência. Temos que 6% diz que a PM sempre demora aliado a 43% que afirma que a PM demora na maioria das vezes.

Tabela 05 – O Serviço prestado pela PM melhorou nos últimos 5 anos?

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Sim	245	49%
Não	85	17%
Não conheço	170	34%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 05



Fonte: Pesquisa do autor

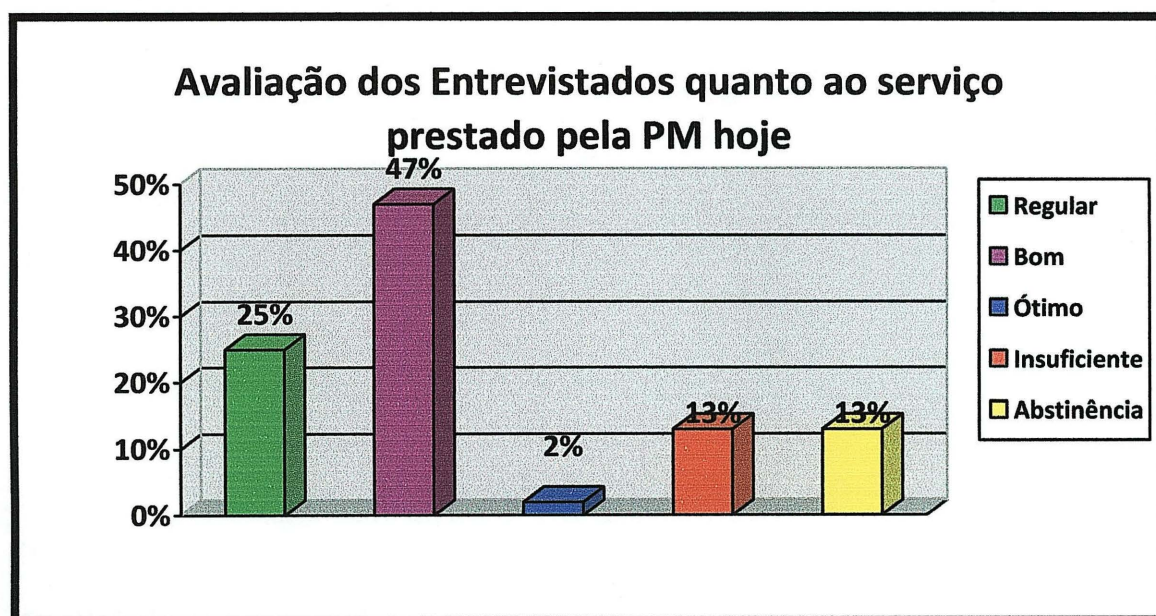
Esta pesquisa demonstra o progresso que o público vê na polícia militar, mostrando que apesar de 34% não conhecerem a melhora, 49% dos entrevistados vê como melhoras no serviço prestado pela polícia militar, contra apenas 17% que acha que o serviço não melhorou.

Tabela 06 – O Serviço prestado pela PM hoje é?

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Regular	125	25%
Bom	235	47%
Ótimo	10	2%
Insuficiente	65	13%
Abstinência	65	13%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 06



Fonte: Pesquisa do autor

Esta pergunta demonstra que a comunidade de uma maneira geral não está totalmente insatisfeita com os serviços da polícia militar, apontando um grau de 49% entre serviço bom e serviço ótimo, sendo apenas 13% dos entrevistados acredita ser um serviço que deixa a desejar, serviço insuficiente.

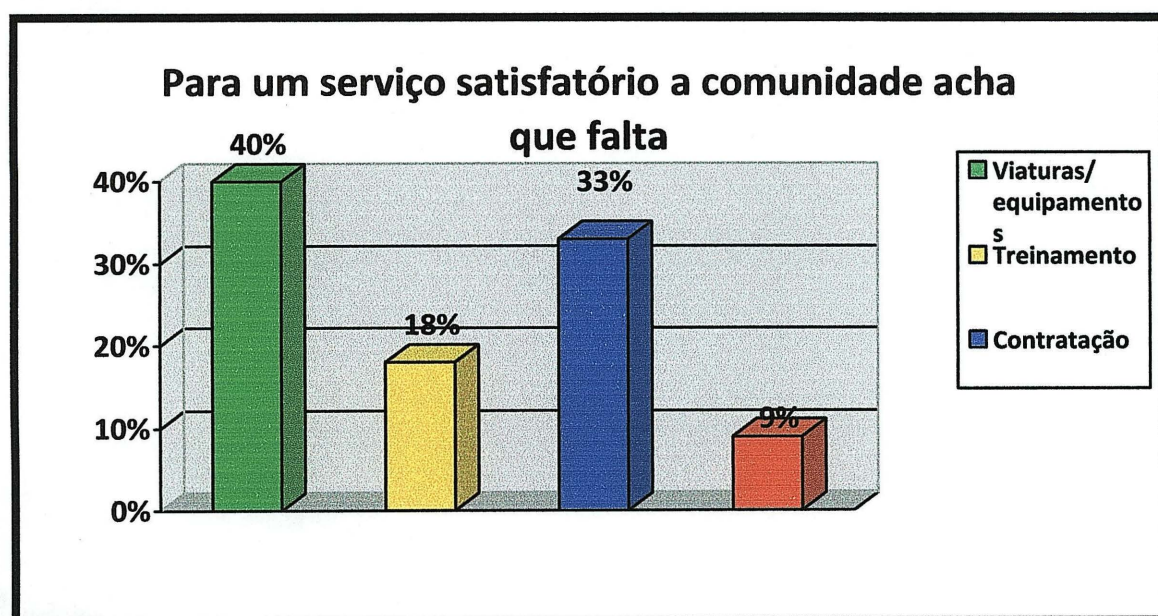


Tabela 07 – O que falta para um serviço satisfatório?

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Aquisição de melhores viaturas e equipamentos	200	40%
Maior treinamento para os policiais	90	18%
Contratação de mais policiais	165	33%
Ampliação das instalações policiais militares com construção de bases comunitárias	45	9%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 07



Fonte: Pesquisa do autor

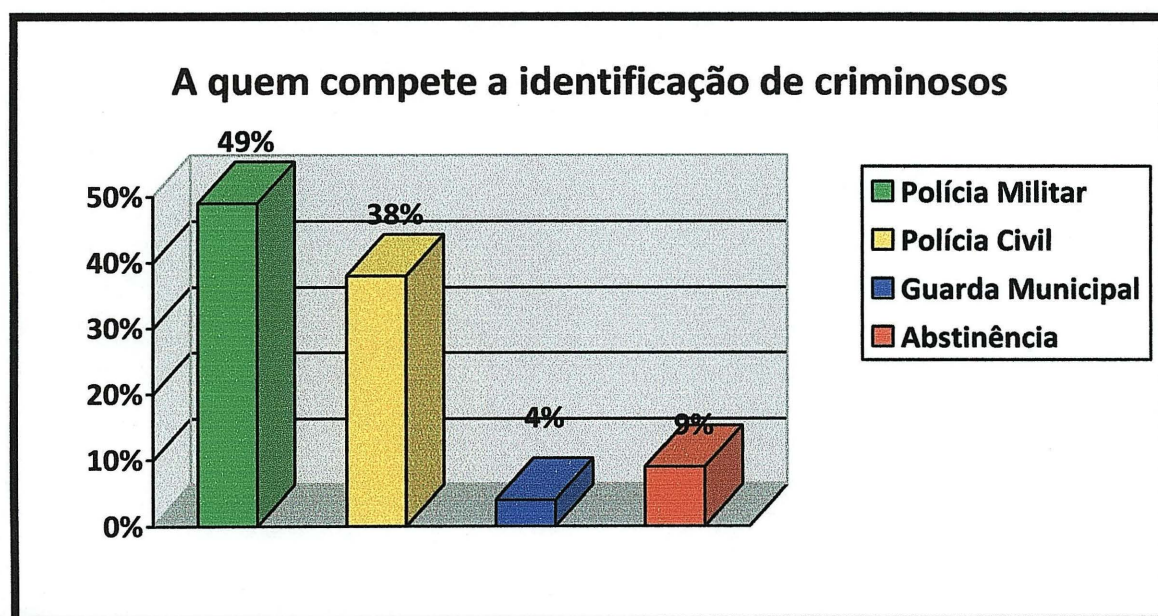
Através desta pergunta podemos ver que a comunidade acredita que falte viaturas para a polícia militar, sendo um total de 40% dos entrevistados assim o respondeu. 33% dos entrevistados acredita que o serviço melhora com a contratação de mais efetivo, enquanto que 18% aposta em melhores treinamentos para os policiais. Apenas 9% dos entrevistados acha que a polícia militar necessita de obras físicas.

Tabela 08 – A quem compete a identificação de marginais ?

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Polícia Militar	245	49%
Polícia Civil	190	38%
Guarda Municipal	20	4%
Abstinência	45	9%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 08.



Fonte: Pesquisa do autor

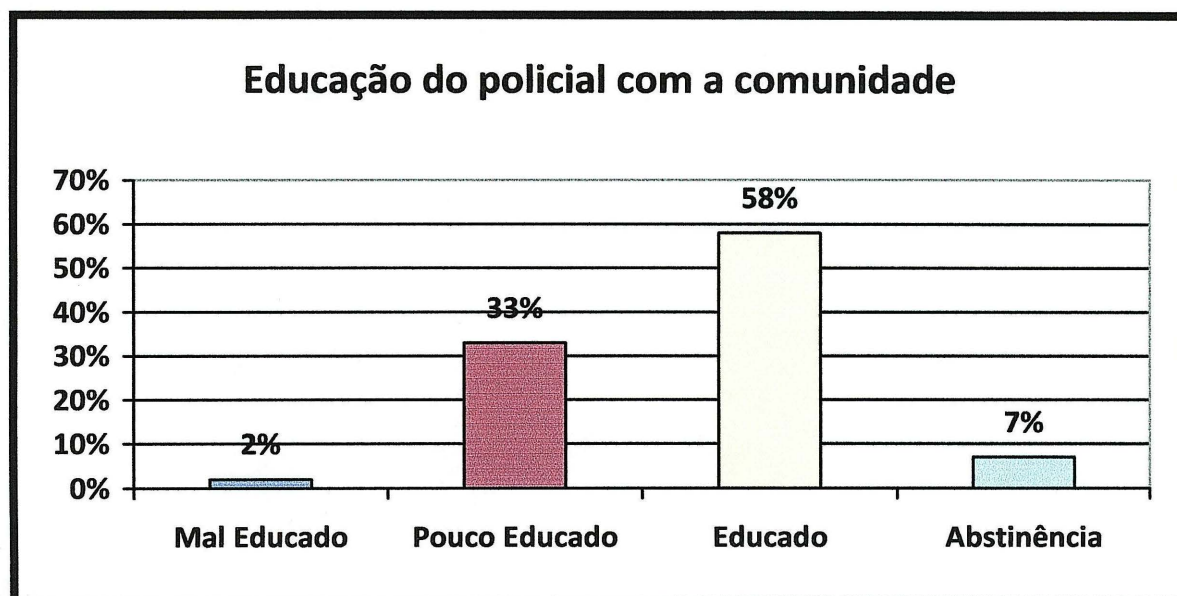
Esta pergunta demonstra que grande parte da população ainda confunde as competências de cada uma das instituições e também demonstra que ele transfere a responsabilização dos delitos a polícia militar. Na pesquisa, tivemos 49% das pessoas acredita ser de responsabilidade da polícia militar a investigação de criminosos após o cometimento de delitos, contra 38% dos que colocam a responsabilidade para a polícia civil, 9% dos entrevistados não se manifestou na pergunta.

Tabela 09 – Nível de Educação do Policial no trato com a Comunidade

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Mal educado	10	2%
Pouco educado	165	33%
Educado	290	58%
Abstinência	35	7%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 09



Fonte: Pesquisa do autor

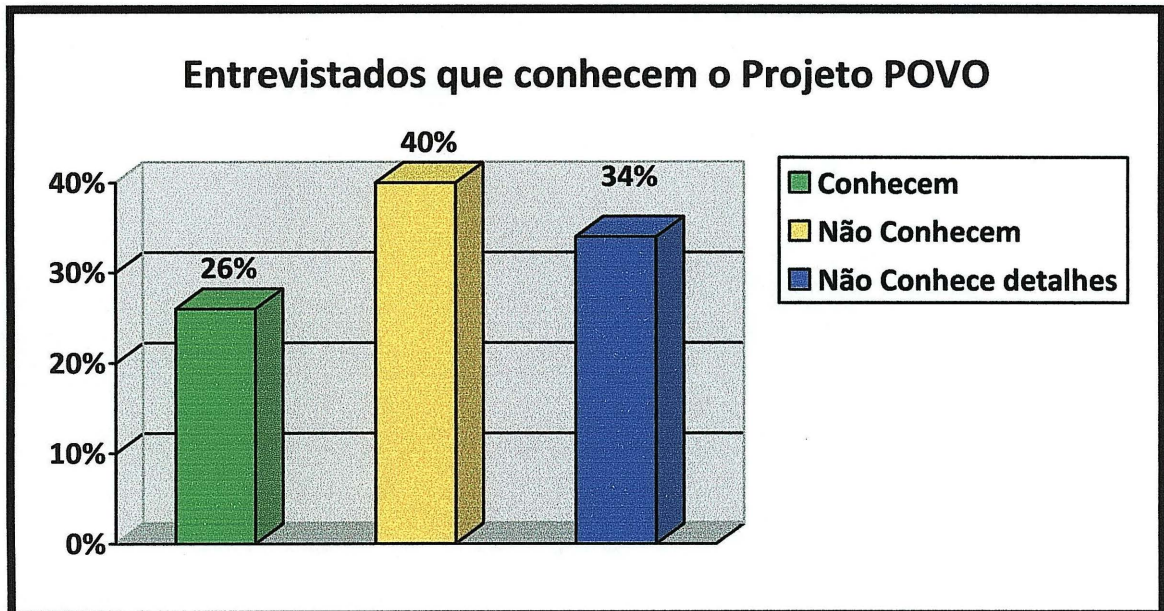
Esta pergunta demonstra que o problema de segurança não está relacionado com policiais que atendem mal as pessoas, pois na pesquisa temos 58 % dos entrevistados que dizem serem os policiais militares educados, contra apenas 2% dos entrevistados dizendo que os policiais são mal educados. Apesar disto, este autor acredita ser ainda muito alto o número de policiais pouco educados, na margem de 33%, este valor pode ser transferido para educados através de instrução com a tropa.

Tabela 10 – Você conhece o projeto POVO?.

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Sim	130	26%
Não	200	40%
Não conheço detalhes	170	34%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 10



Fonte: Pesquisa do autor

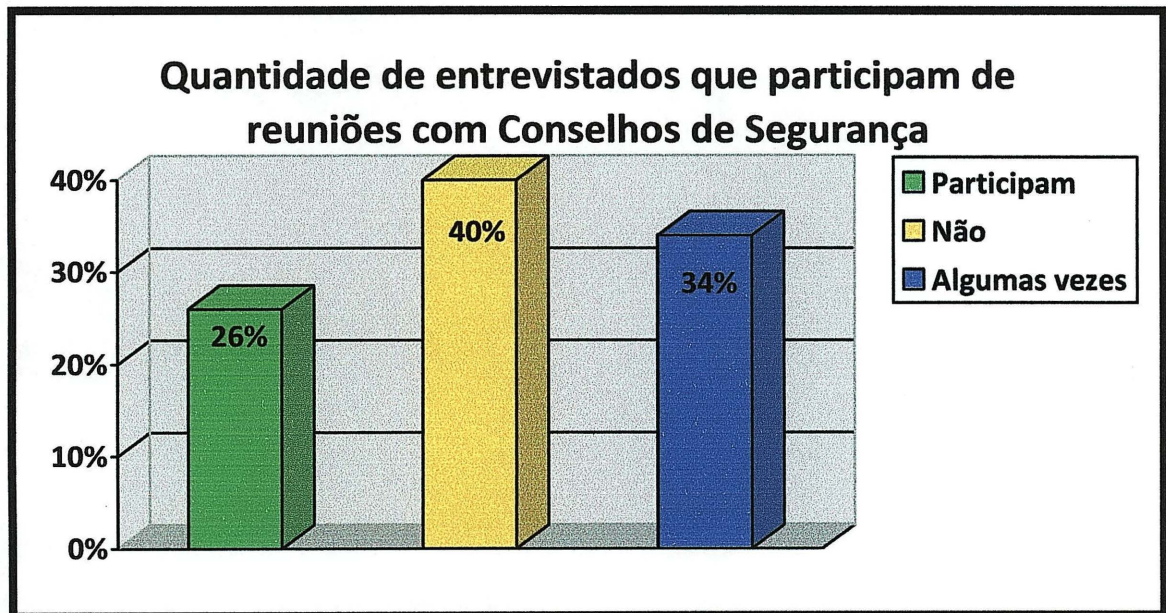
Esta pergunta aponta que apesar de ter sido realizada nas localidades onde existe o projeto POVO instalado e em funcionamento, a população ainda desconhece a sua forma de atuação. Se teve um grande índice de pessoas que não sabe o que é o projeto, um total e 40% e também um grande índice das que sabem mas não conhecem detalhes, da ordem de 34 %. Isto mostra que as visitas devem ser intensificadas em todos os bairros, podendo ser este um dos fatores de insatisfação da população com o policiamento local.

Tabela 11 – Participação dos entrevistados em reuniões como membros da comunidade e conselho de Segurança.

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Sim	30	6%
Não	365	73%
Algumas vezes	105	21%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 11



Fonte: Pesquisa do autor

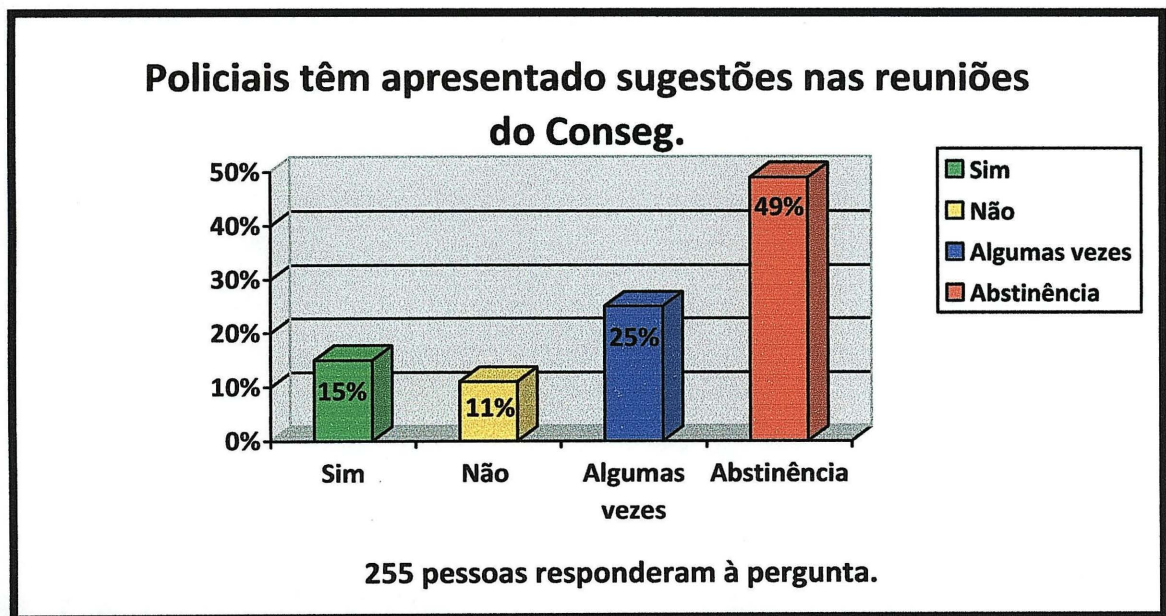
Esta pergunta mostra que os entrevistados os quais são a representação da comunidade em face de amostra, não participam das reuniões e decisões dos conselhos comunitários de segurança, num total de apenas 26% dos entrevistados participa ativamente deste tipo de reunião, e 34% apenas algumas vezes. Isto justifica a grande quantidade de pessoas que não conhecem o funcionamento do projeto POVO.

Tabela 12 – Os policiais que participam das reuniões tem apresentado sugestões para melhoria da segurança no bairro?

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Sim	75	15%
Não	55	11%
Algumas vezes	125	25%
Abstinência	245	49%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 12



Fonte: Pesquisa do autor

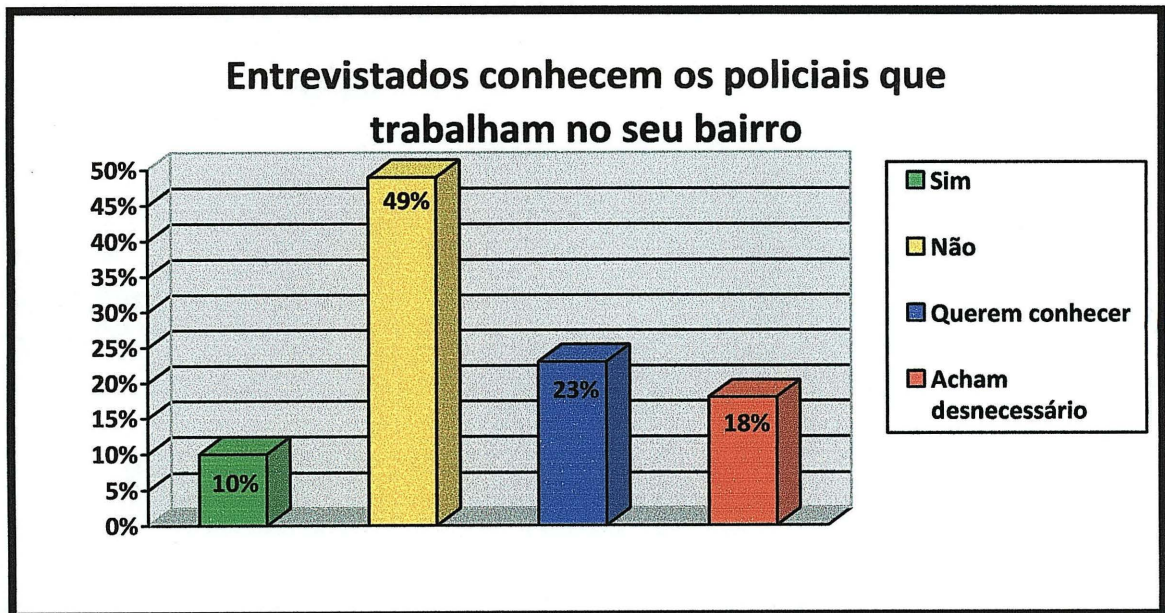
Esta pergunta mostra que 15% dos entrevistados ou seja, um número superior ao dos participantes em reuniões dos Conselhos comunitários, disse que os policiais apresentam sugestões nas reuniões, 11% disseram que eles não apresentam e 25 % disseram que algumas vezes apresenta sugestões para melhoria da segurança. Esta questão nos demonstra que realmente os policiais vem participando das reuniões e vêm fazendo seu papel de orientador de segurança, o que falta é um pouco mais de empenho por parte da comunidade em participar das reuniões para também debater e impor seu ponto de vista.

Tabela 13 – A Comunidade conhece todos os policiais que trabalha no bairro?

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Sim	50	10%
Não	245	49%
Gostaria de conhecer	115	23%
Acho desnecessário	90	18%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 13



Fonte: Pesquisa do autor

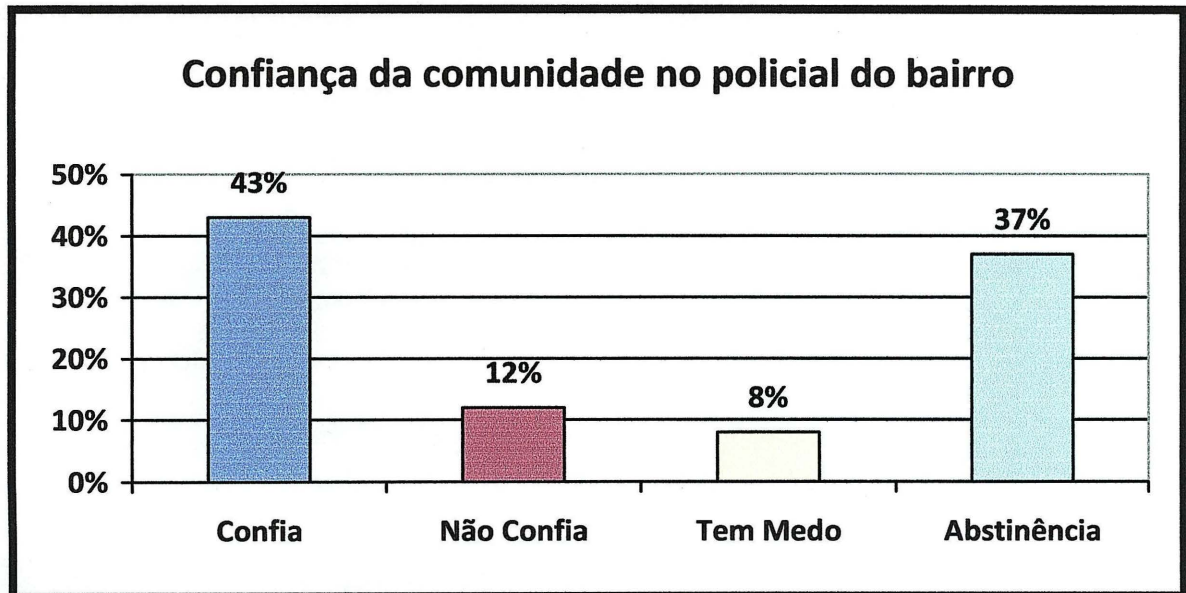
Esta pergunta nos apresenta um valor de 49% das pessoas não conhecem o policial que trabalha no seu bairro, sendo apenas 10% o conhece. Também temos um elevado índice de pessoas que ainda não assimilaram a doutrina de polícia comunitária, pois 18% dos entrevistados não acha necessário conhecer o policial.

Tabela 14 – Imagem do policial pela Comunidade

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Inspira confiança	215	43%
Não inspira confiança	60	12%
Inspira temor	40	8%
Abstinência	185	37%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 14



Fonte: Pesquisa do autor

Vemos que grande parte da população de uma maneira geral tem confiança no policial militar, tendo em sua maioria 43% confiança e apenas um percentual de 12 % que possui restrições e não confia nos serviços da polícia. Tivemos um grande público que não respondeu a questão, 37%, isto demonstra que este público está indeciso e necessita ser conquistado.

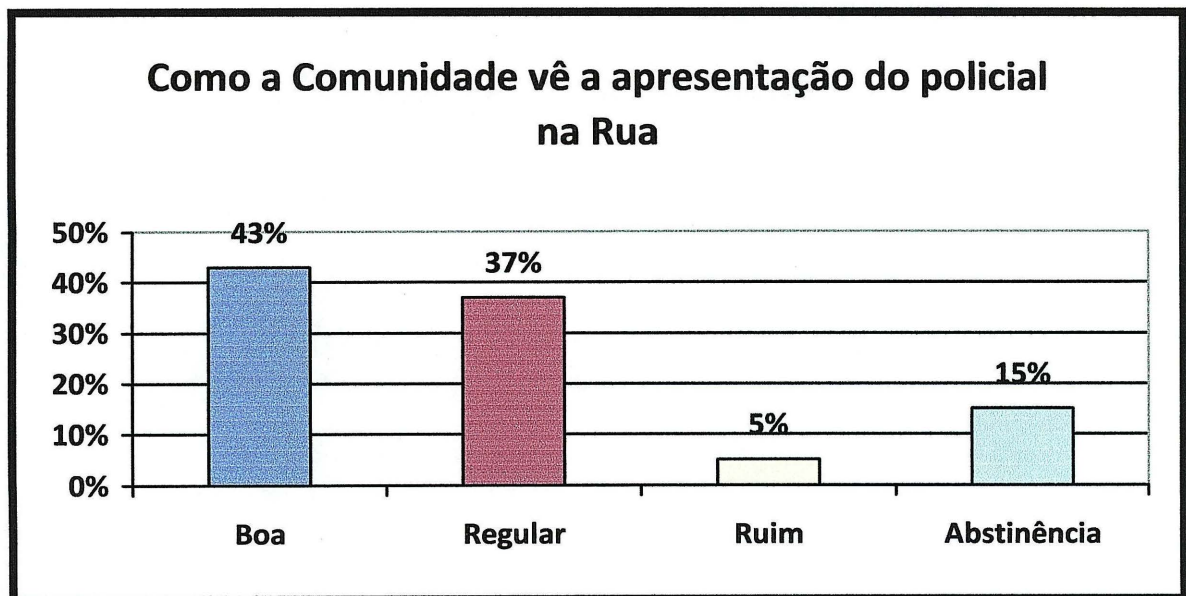


Tabela 15 – Como a Comunidade vê a apresentação do Policial na Rua

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Boa	215	43%
Regular	185	37%
Ruim	25	5%
Abstinência	75	15%
TOTAL	500	100%

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 15



Fonte: Pesquisa do autor

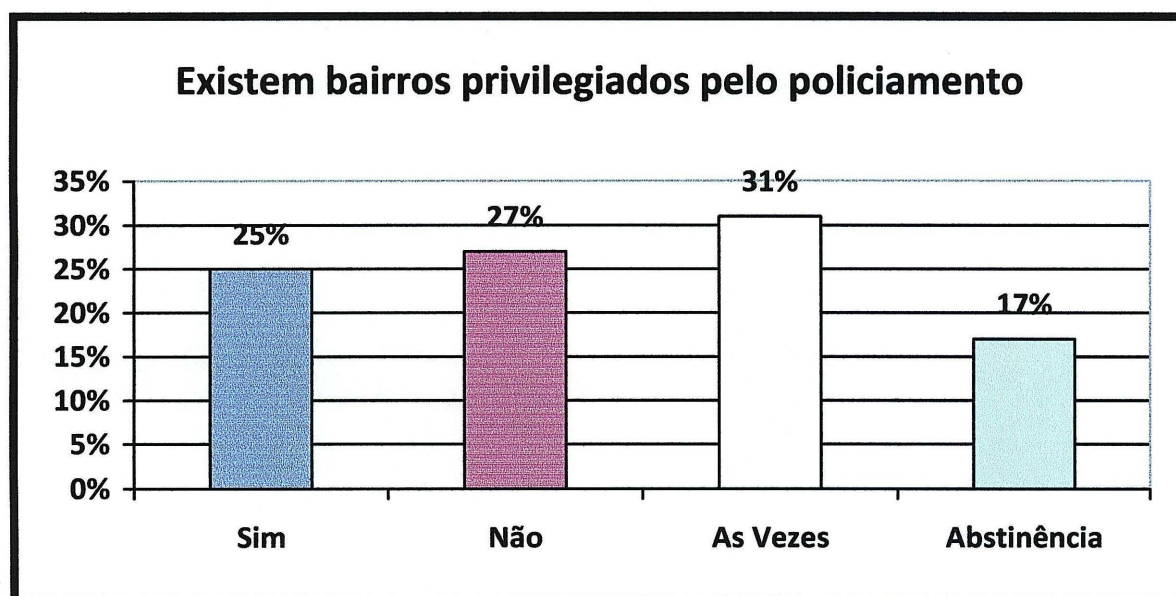
Esta pergunta foi respondida por 425 dos pesquisados, dos quais 15% se abstiveram de responder, mas de maneira geral o resultado foi satisfatório pois 43% dos entrevistados acham uma apresentação boa por parte dos policiais militares, e, outros 37% acham regular e apenas 5% acham o policial militar com uma apresentação ruim. Pode-se ver que o policial ainda é visto como uma pessoa de boa apresentação, fator primordial para o trato com o público.

Tabela 16 – Existem bairros privilegiados pelo policiamento

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Sim	125	25%
Não	135	27%
As vezes	155	31%
Abstinência	85	17%
<b>TOTAL</b>	<b>500</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 16



Fonte: Pesquisa do autor

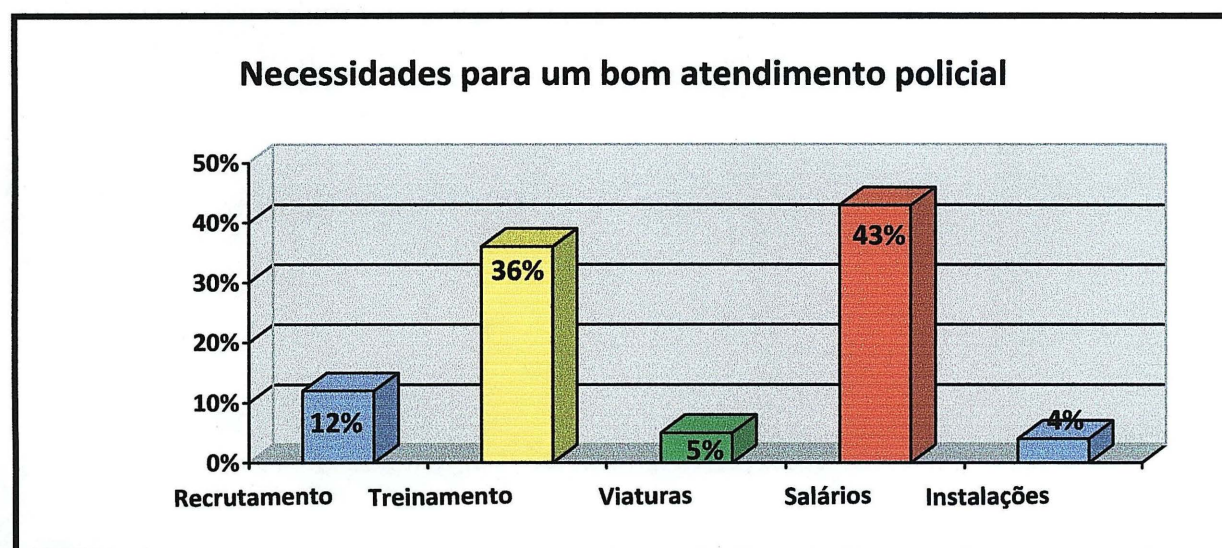
Esta pergunta demonstra que apenas 25 % dos entrevistados acreditam haver bairros onde os policiais dêem mais atenção. 27% informa que não existe atendimento diferenciado por parte dos policiais, e 31 % dos entrevistados pela pesquisa diz que às vezes ocorre algum tipo de privilégio.

Tabela 17 – Itens para serem observados para realizar um bom trabalho pela PM

POPULAÇÃO ALVO OPÇÕES	Público Externo	
	FATOR	F%
Melhor recrutamento	60	12%
Melhor preparo do Homem	180	36%
Melhores viaturas	25	5%
Melhores salários	215	43%
Melhores instalações	20	4%
<b>TOTAL</b>	<b>500</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa do Autor

Gráfico 17



Fonte: Pesquisa do autor

Esta questão demonstra que a população e a comunidade de um modo geral acredita que os problemas de segurança pública que afetam a todos esta relacionada com dois aspectos, o primeiro deles, votado por 43% dos entrevistados se refere a melhores salários para os policiais militares, e o segundo aspecto está relacionada do com o treinamento do homem para que este esteja sempre preparado.

## 8 CONCLUSÃO

Depois de analisados os dados pesquisados e feito os comparativos com a aplicação do policiamento na modalidade de policiamento comunitário, se percebe que existe deficiência por parte da instituição quando da forma de aplicação do policiamento comunitário.

Se observa que o 19º.BPM não dispõe de efetivo suficiente para realizar o policiamento dentro dos moldes do projeto inicial, ou seja com rodízio de equipes atuando com viatura baixa e com viatura tipo motocicleta, cumprindo rigorosamente visitas a pontos comerciais e residenciais.

Fatos estes que contribuem para uma imagem distorcida do policial que atua no serviço têm-se claramente, pela pesquisa de campo realizada, uma crítica ao serviço prestado pela polícia militar, onde grande parte dos pesquisados não demonstram interesse em conhecer os policiais que atuam em seu bairro, esta mudança de comportamento por parte da comunidade deve ser incentivada por ações da polícia militar.

Para que as mudanças ocorram a contento, devem ser retomadas as visitas de base, incentivando-se a toda comunidade participar da segurança no bairro, mostrando-se o poder que a mesma possui.

Vê-se que grande parte dos participantes da pesquisa desconhece as funções das instituições voltadas pela segurança, para eles falta um maior esclarecimento para que se evitem transtornos na hora de se fazer um registro, de se fazer uma denúncia anônima ou de se avisar a possibilidade de cometimento de um delito, para intervenção dos entes estatais responsáveis.

Mesmo que um PM atue 24/7, ou seja, 24 horas por dia e 7 dias por semana, seu trabalho não é reconhecido pela comunidade, a qual está esperando um policial mais gentil e educado que converse mais nos momentos preventivos, hoje, ela sente uma polícia somente repressiva, vista quando faz a detenção dos marginais, ou pior, quando é criticada porque não logra êxito neste feito.

Observou-se pela pesquisa que, apesar de já estar em atuação desde o ano de 2005, grande parte da população do bairro ainda não conhece o que é o Projeto POVO e como este funciona, salienta-se aqui que, para o sucesso do projeto, tem-se que ter uma integração total entre policiais e comunidade.

Por outro lado, observou-se que a PM vem melhorando a qualidade dos serviços prestados à população isto significa dizer que ela vem investindo no treinamento do instrumental humano.

Apesar dos problemas apresentados, verificou-se que a população confia no policial militar e sente-se mais segura quando observa as viaturas circulando nas vias públicas.

Como aspecto positivo para a polícia militar, fica a demonstração de que a sociedade quer participar da sua segurança, quer auxiliar no que estiver a seu alcance, basta que seja aceso este estopim dando-se início à polícia comunitária.

## PROPOSTAS

Diante das conclusões obtidas, apresentaram-se as seguintes propostas:

1) Divulgar as atividades do Projeto POVO nos bairros onde este esteja atuando, intensificando as palestras em grupos, apresentando-se nominalmente para a comunidade os policiais que ali prestam serviços, buscando sempre a integração, a cooperação, a solidariedade e o apreço da comunidade;

2) Desenvolver um trabalho em conjunto com os órgãos de imprensa local de forma a divulgar todas as atividades comunitárias desenvolvidas pelo 19º.BPM, tende este trabalho a finalidade de melhorar a imagem a no PM perante os órgãos de imprensa e conseqüentemente, em efeito cascata, perante a comunidade toledense;

3) Manter um sistema de coleta de opinião pública sobre a imagem da atividade da Polícia Militar, periodicamente, para efeito de reavaliação e reparo das atividades ;

4) Valorização constante do policial militar, para que ele atue sempre motivado, mesmo sobre as intempéries da organização;

5) Que sejam buscados urgentemente, recursos humanos para implantação 100% dos projetos instalados precariamente, bem como dos demais que estão em estudos.

## REFERÊNCIAS

- BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, Cesar Alberto, **Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**. 1. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2003. (Publicações Técnicas, v. 12).
- BRAGA, José Jr. **A comunicação social e a Polícia Militar: perspectivas**. Revista o Alferes, Minas Gerais, n. 18, p.53 - 54, jul./set. 1989.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2007.
- BRASIL, Secretaria Nacional de Segurança Pública: **Polícia Comunitária: Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**, Brasília: SENASP, 2007.
- BUENO, Silveira, **Minidicionário de Língua Portuguesa**, Edição para o ensino fundamental, São Paulo, FTD, 2001.
- CANFIELD, Bertrand R. **Relações Públicas: princípios, casos e problemas**, 2.ed. São Paulo:1970.
- CARVALHO, Glauber da Silva, **Policamento Comunitário: origem**, São Paulo: PMESP, 1998. Apostila
- CORREIA, José Flávio; PURIFICAÇÃO, Rui Rota da. **Estudo do Projeto Povo: Avaliação do desempenho da polícia militar na visão de polícia comunitária na cidade de Curitiba**. Curitiba, 2007. Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em Formulação de Gestão de Políticas Públicas.
- DIAS NETO, Theodomiro, **Policamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte americana**. São Paulo: IBCCRIM, 2000.
- FERREIRA, Antônio de Pádua A., Maj PM, Percepção social da PM – Estudo explorativo, **O Alferes**, Belo horizonte, nº09, pag 39 à 48, Abr à Jun 1986.
- GRONROOS, Cristian. **Marketing Gerenciamento e Serviços**. Tradução de Arlete Gimille Marques: 2. ed. São Paulo. 2000.
- LAZZARII, Álvaro; TÁCITO, Caio; MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; MEIRELLES, Hely Lopes; CRETILLA JUNIOR, José; FERREIRA, Sérgio de Andréa. **Direito administrativo da Ordem pública**. Rio de Janeiro: Forense, 1999, 4 ed.
- MANOEL, Élio de Oliveira, **Policamento ostensivo com ênfase no processo motorizado**, Curitiba: Associação da Vila Militar, 2004. (Publicações Técnicas, v. 13).
- MARIANTE, Hélio Moro. **Crônica da Brigada Militar Gaúcha**. Porto Alegre: Oficial Editora, 1972.

OLIVEIRA, Maura Eustáquia de, Importância da comunicação social nos tempos modernos, necessidade e aplicabilidade na PMMG, **O Alferes**, Belo horizonte, nº18, pag 55 à 62, Jul à Set 1989.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição**: Estado do Paraná, ed. especial rev. Curitiba: Juruá, 2005.

PARANÁ. Polícia Militar. **Planejamento e Emprego da PMPR**: Diretriz n. 004/2000 – PM/3. Curitiba, 2000.

PARANÁ. Polícia Militar. **Policciamento Comunitário na PMPR**: Diretriz n. 002/2004 – PM/3. Curitiba, 2004.

PARANÁ. Polícia Militar. **Aplicação do Policiamento Ostensivo Volante no Comando do Policiamento da Capital**: Plano especial no. 001/2006 – PM/3. Curitiba, 2006.

SCHELB, Guilherme Zanina. **Violência e Criminalidade Infanto Juvenil**: Intervenções e Encaminhamentos. 2. ed. Brasília, 2005.

SEGURANÇA, Secretaria Nacional de. **Polícia Comunitária**: Curso nacional de promotor de polícia comunitária: Brasília-DF, SENASP, 2007.

TROJANOWICZ, Robert e BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário**. Como começar. 2. ed. São Paulo. Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

VALLA, Cel PM RR Wilson Odirley. **Doutrina de emprego de polícia militar e bombeiro militar**. 2.ed. Curitiba, Associação da Vila Militar, 2004 (Publicações Técnicas, v. 1.).

VIEIRA, Antonio Carlos et al. **Posto de Policiamento Ostensivo**. Integração comunitária. Porto Alegre: APM/RS, 1990.

WIKIPEDIA, Enciclopédia Digital, [HTTP://wikipedia.org.wiki](http://wikipedia.org.wiki), acesso em 10 de janeiro de 2008.

**APÊNDICES**



## **QUESTIONÁRIO DISTRIBUIDO AO PÚBLICO**

## **PESQUISA SOBRE A IMAGEM DA POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA DO 19º. BPM FRENTE A SOCIEDADE DE TOLEDO-PR.**

Prezado Senhor:

Estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de verificar o nível a imagem da polícia militar do 19º. BPM frente a comunidade de Toledo-PR.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida como parte integrante do trabalho de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO 2007, em desenvolvimento na Academia Policial Militar do Guatupê - APMG com parceria com a Universidade Federal do Paraná-UFPR.

Todos os dados serão tratados de forma global, com objetivos estritamente científicos e acadêmicos, garantindo-se o total sigilo das informações, não existindo necessidade de identificação nos questionários.

As questões que por algum motivo não ficarem claras ou restarem dúvidas devem ser deixadas sem resposta.

Ressalta-se a importância desta pesquisa para a constatação das necessidades de aprimoramento do serviço prestado pelos policiais militares do 19º.BPM no tocante a polícia comunitária.

Após serem respondidos os questionários devem ser devolvidos ao autor na sede do 19º.BPM 1ª. CiaPM-Toledo-PR, Capitão Cesar Alexandre Pereira de Moraes, o qual desde já agradece sua colaboração para a concretização da pesquisa em tela.

### **QUESTIONÁRIO**

1. Você já necessitou dos serviços da polícia militar.  
 SIM  
 NÃO
2. Você conhece alguma pessoa que já necessitou dos serviços da polícia militar  
 SIM  
 NÃO
3. Você ouve programas policiais rotineiramente  
 SIM  
 NÃO
4. A polícia militar atende prontamente quando é solicitada?  
 SEMPRE  
 NA MAIORIA DAS VEZES  
 NA MINORIA DAS VEZES  
 A DEMORA É ACEITÁVEL  
 DEMORA MUITO
5. A seu ver, o serviço prestado pela polícia militar hoje é melhor do que há 5 anos atrás  
 SIM  
 NÃO  
 NÃO CONHEÇO
6. O serviço prestado hoje é:  
 REGULAR  
 BOM  
 ÓTIMO  
 INSUFICIENTE
7. No seu entendimento para um serviço de polícia comunitária mais satisfatória se faz necessário:  
 AQUISIÇÃO DE MELHORES VIATURAS E EQUIPAMENTOS  
 MAIOR TREINAMENTO PARA OS POLICIAS  
 CONTRATAÇÃO DE MAIS POLICIAIS

( ) AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES POLICIAIS MILITARES COM  
CONSTRUÇÃO DE BASES COMUNITÁRIAS

8. No seu entendimento, a identificação dos marginais que cometerem crimes deve ser feita por:

- ( ) POLÍCIA MILITAR
- ( ) POLÍCIA CIVIL
- ( ) GUARDA MUNICIPAL

9. O policial militar de Toledo-PR, ao tratar com a população é:

- ( ) MAL EDUCADO
- ( ) POUCO EDUCADO
- ( ) EDUCADO

10. Você conhece o Projeto POVO?

- ( ) SIM
- ( ) NÃO
- ( ) NÃO CONHEÇO DETALHES

11. Você participa de reuniões com os membros da comunidade e Conselho de segurança?

- ( ) SIM
- ( ) NÃO
- ( ) ALGUMAS VEZES

12. Os policiais que participam das reuniões têm apresentado sugestões para melhoria da segurança no bairro?

- ( ) SIM
- ( ) NÃO
- ( ) ALGUMAS VEZES

13. Você conhece todos os policiais que trabalham no seu bairro?

- ( ) SIM
- ( ) NÃO
- ( ) GOSTARIA DE CONHECER
- ( ) ACHO DESNECESSÁRIO

14. Como você vê o policial que trabalha em seu bairro?

- ( ) INSPIRA CONFIANÇA
- ( ) NÃO INSPIRA CONFIANÇA
- ( ) INSPIRA TEMOR

15. Como você vê a apresentação pessoal do PM na Rua?

- ( ) BOA
- ( ) REGULAR
- ( ) RUIM

16. Você acha que alguns bairros são privilegiados pelo policiamento?

- ( ) SIM
- ( ) NÃO
- ( ) AS VEZES

17. Em ordem de importância de 1 a 5, dentre os itens abaixo, identifique os que, a seu ver, devem servir como base para a execução de um bom trabalho pela PM:

- ( ) MELHOR RECRUTAMENTO
- ( ) MELHOR PREPARO DO HOMEM
- ( ) MELHORES VIATURAS
- ( ) MELHORES SALÁRIOS
- ( ) MELHORES INSTALAÇÕES